



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Cav RONALDO **GONÇALVES** DOS ANJOS

**O PAPEL DA FORÇA ARMADA NA POLÍTICA VENEZUELANA:
O RISCO DA POLITIZAÇÃO DOS QUARTÉIS**



Rio de Janeiro

2019



Cel Cav RONALDO **GONÇALVES** DOS ANJOS

**O papel da Força Armada na política venezuelana:
o risco da politização dos quartéis**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar.

Orientador: Cel Art R1 WANDERLEY MONTEAGUDO RASGA JUNIOR

Rio de Janeiro

2019

A599p Anjos, Ronaldo Gonçalves dos

O papel da Força Armada na política venezuelana: o risco da politização dos quartéis / Ronaldo Gonçalves dos Anjos. — 2019.
73 fl.: il; 30 cm.

Orientação: Wanderley Monteagudo Rasga Junior
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
Bibliografia: fl 66-73.

1. VENEZUELA 2. POLÍTICA 3. MILITARISMO 4. FORÇAS ARMADAS 5. CHAVISMO I. Título.

CDD 355.0987

Cel Cav RONALDO **GONÇALVES** DOS ANJOS

**O papel da Força Armada na política venezuelana:
o risco da politização dos quartéis**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

Luciano Correia Simões – Cel Inf – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

André Vicente Scafutto de Menezes – Cel Inf – 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Othon Gomes Melo – Cel Cav – 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

“Minha espada não tem partido.”

Duque de Caxias

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Cel Wanderley, meus sinceros agradecimentos pela boa vontade.

À minha esposa Mara e meus filhos, agradeço pela compreensão e permanente apoio.

A Deus, sempre!

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo apresentar as consequências advindas da politização das Forças Armadas, tanto para os próprios militares quanto para o país. Para isso, considerando o atual cenário da Venezuela e seus reflexos no entorno regional, estudou-se a evolução da relação entre os poderes político e militar naquele país, com ênfase no período do '*Chavismo*'. Além disto, procurou-se fazer uma revisão dos pressupostos que regem o relacionamento entre o Estado, o governo e as Forças Armadas, questão cuja contemporaneidade se prova na situação da Venezuela nos dias de hoje. Por meio da análise de livros, jornais, revistas, das leis e decretos pertinentes, e ainda, de artigos de opinião e artigos científicos, buscou-se integrar ao estudo componentes econômicas, históricas e sociais, de forma a se obter uma compreensão mais abrangente das forças que impactam – e são impactadas – pela politização dos militares. Entretanto, apesar da busca dessa visão mais sistêmica, o trabalho procurou se debruçar com mais profundidade na atuação dos principais atores políticos e das Forças Armadas, frisando sobretudo a reação dos militares às ações partidarizantes do governo.

Palavras-chave: Venezuela, Política, Forças Armadas, Militarismo, Chavismo.

ABSTRACT

This paper aimed to present the consequences that arising from the politization of the Armed Forces, both for the military personnel and for the country. In this regard, considering Venezuela's current scenario and its reflections in the regional environment, we studied the evolution of connections between Political and Military Powers in that Country, with emphasis on period of '*Chavismo*'. Furthermore, we sought to review the postulates that rule the relationship between State, government and Armed Forces, a concern whose contemporaneity is proved by the existing Venezuela's situation. Through the analysis of books, newspapers, magazines, laws and decrees, and even opinion articles and papers we sought to assimilate economic, historical and social factors, in such a way as to gain an inclusive comprehension of the forces impacting – and impacted – by the politization of the military. However, despite the search for this more systemic overview, this paper drove more deeply through the performance of major political actors and Armed Forces, highlighting the military reaction to the government partisanship actions.

Key-words: Venezuela, Politics, Armed Forces, Militarism, *Chavismo*.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Guaidó se autoproclama Presidente da Venezuela.....	1
Figura 2 – Militares lutando contra militares em tentativa de golpe contra Maduro	3
Figura 3 – Capa do livro ‘O Leviatã’, uma alegoria do Estado acima de todos.....	5
Figura 4 – Assinatura da Ata de Independência da Venezuela.	10
Figura 5 – Primeira página do Jornal Panorama, de 23 de janeiro de 1958	16
Figura 6 – O <i>Caracazo</i>	22
Figura 7 – Hugo Chávez é entrevistado após o fracassado golpe de 1992.....	23
Figura 8 – Soldados em comemoração à tentativa de golpe de 1992	25
Figura 9 – Fidel orienta Chávez	30
Figura 10 – Organograma geral da FANB, em 2006	36
Figura 11 – <i>El Comandante</i> fala para sua tropa.....	38
Figura 12 – Ministro da Defesa e Nicolás Maduro em evento militar.....	46
Figura 13 – Maduro, acompanhado por militares, homenageia Chávez.....	47
Figura 14 – Efetivo Militar da Venezuela (excluída a Milícia)	51
Figura 15 – Orçamento militar da Venezuela (2005 – 2015)	52
Figura 16 – Tropas venezuelanas recolhendo lixo na localidade de Táchira.....	54
Figura 17 – Eleitores que votaram em Chávez e Maduro	55
Figura 18 – Os 18 do Forte: politização dos quartéis trouxe instabilidade política ao Brasil..	57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. O ESTADO, O GOVERNO E AS FORÇAS ARMADAS	5
3. A VENEZUELA ANTES DE HUGO CHÁVES	10
3.1. De 1811 a 1958: um século e meio de interferências	10
3.2. De 1958 a 1989: três décadas dentro dos quartéis.....	17
3.3. "Maldito o soldado que empunhe arma contra seu próprio povo"	21
4. CHAVISMO – “A VENEZUELA É UM QUARTEL”	25
4.1. Golpe e primeiro mandato de Chávez: as Forças Armadas a serviço do povo.	25
4.2. Segundo mandato de Chávez: as Forças Armadas a serviço do partido.....	30
4.3. Terceiro mandato de Chávez: as Forças Armadas a serviço do presidente ...	37
4.4. Nicolás Maduro: um presidente a serviço das Forças Armadas	45
5. CONCLUSÃO	57
5.1. Forças Armadas e política	57
5.2. A ação política sobre o poder militar	58
5.2.1. O emprego político dos meios militares	62
5.3. A reação militar ao poder político.....	63
5.3.1. O emprego militar dos meios políticos	65
5.4. O risco da politização dos quartéis	65
5.5. Considerações finais.....	68
6. REFERÊNCIAS.....	71

1. INTRODUÇÃO

"Hoje, 23 de janeiro de 2019, em minha condição de presidente da Assembleia Nacional, juro diante de Deus todo-poderoso, da Venezuela, e de meus colegas deputados, assumir formalmente as competências do [Poder] Executivo Nacional como presidente interino da Venezuela para realizar eleições livres"¹. Com essas palavras Juan Guaidó, denunciando o cometimento de fraude eleitoral pelo presidente em exercício, Nicolás Maduro, se autoproclamou legítimo presidente da Venezuela, sendo seu ato reconhecido por quase 40% dos venezuelanos e mais de 50 países, dentre os quais o Brasil (EXAME, 2019).



Figura 1 – Guaidó se autoproclama Presidente da Venezuela. Fonte: BBC.

Por outro lado, Nicolás Maduro, presidente “reeleito [...] em pleito contestado dentro e fora do país” (VEJA, 2018) não se afastou do poder. Para o bem ou para o mal, a Venezuela, no início de 2019 tinha 2 presidentes antagônicos, ambos reconhecidos por uma parte da população e da comunidade internacional e rejeitados pela outra. Esse verdadeiro atoleiro político gera tensões em todos os

¹ "Hoy, 23-E de 2019, en mi condición de presidente de la Asamblea Nacional, juro ante Dios todopoderoso, Venezuela y colegas diputados, asumir formalmente las competencias del Ejecutivo Nacional como presidente encargado de Venezuela para lograr elecciones libres." (EL MUNDO, 2019)(tradução nossa).

campos do Estado venezuelano enquanto os envolvidos avaliam o custo das possíveis soluções.

O momento político atual apresenta condicionantes econômicas cujas raízes estão atreladas ao petróleo, que responde por mais de 90% das exportações e cerca de um terço do PIB, e cujas reservas em território venezuelano são as maiores do mundo². Em que pese a potencial riqueza gerada pelo ouro negro, a infraestrutura do país está destruída, apagões de vários dias de duração se sucedem, o desemprego cresceu drasticamente, a inflação bateu recordes mundiais³ e o poder de compra da população foi desgastado, arrastando 87% dos venezuelanos para a fome e a miséria⁴ (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

Essa situação econômica gera uma crise social: a falta de perspectivas e pobreza leva a uma verdadeira debandada do país. Segundo o United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) – a Agência para refugiados da ONU – neste momento existe uma emergência migratória, com reflexos no entorno regional:

“As pessoas continuam a deixar a Venezuela, devido a violência, insegurança e falta de comida, remédios e serviços essenciais. Com mais de 3 milhões de venezuelanos vivendo atualmente fora do país, a vasta maioria nos países da América do Sul, este é o maior exôdo na história recente da América Latina.”⁵ (grifos nossos).

No Brasil, a fuga dos venezuelanos impactou diretamente no estado de Roraima, exigindo o desdobramento de uma força-tarefa logística humanitária (Operação Acolhida), sob coordenação do Exército. Do lado venezuelano, o componente militar não está restrito a possíveis confrontações dos migrantes na transposição da fronteira, ele é decisivo para a o futuro do país. Historicamente, as relações entre a política e as Forças Armadas sempre foram tumultuadas, com intervencionismo militar desde a independência até o final da década de 1960,

² Reservas provadas: 300,9 bilhões de barris. (2º lugar: Arábia Saudita, com 266,5; Brasil: 15º lugar, com 12,6). Dados de 2016. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

³ O FMI estima que a inflação na Venezuela alcançará em 2019 a cifra de 10.000.000%. (International Monetary Fund, 2019)

⁴ Estudo da Universidade Católica Andrés Bello, utilizando dados de 2017, apontou que 87% dos venezuelanos estão abaixo da linha da pobreza e 61% se encontram em estado de miséria absoluta (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

⁵ “People continue to leave Venezuela due to violence, insecurity and threats, and lack of food, medicine and essential services. With over 3 million Venezuelans now living abroad, the vast majority in countries within South America, this is the largest exodus in the recent history of Latin America.”(UNHCR, 2019)(tradução nossa).

quando os militares se recolheram aos seus quartéis, de onde só saíram sob a liderança de Hugo Chávez.

Esse líder se propôs a estabelecer um novo arranjo no país, convergindo os poderes político e militar, em uma simbiose tão difícil quanto arriscada. Hoje, no entanto, Chávez está morto e o caos se instalou na Venezuela; ainda assim, em boa medida por conta de suas ações, o fiel que definirá para que lado penderá a balança na solução da atual crise político-econômica e social permanece solidamente fincado na Força Armada venezuelana.



Figura 2 – Militares lutando contra militares em tentativa de golpe contra Maduro (30/04/2019). Fonte: TELESUR.

Prova disso é que, aproveitando-se da baixa popularidade do presidente, no dia 30 de março de 2019 Juan Guaidó tentou, com o apoio de parte da tropa, um golpe para retirar Maduro do poder. Entretanto, em que pese o cenário de miséria, fome e caos instalado no país, o Alto Comando das Forças Armadas e o grosso dos militares permaneceu ao lado de Maduro e seu partido, levando o intento de Guaidó ao fracasso.

Diante desse panorama geral, e salientando o viés político-militar da situação venezuelana, nos propomos a estudar como se processou a inserção dos militares na arena política e quais suas consequências. Para isso serão verificadas as condicionantes teóricas do relacionamento ideal entre o Estado, o governo e as Forças Armadas; o contexto histórico das ligações entre militares e políticos na

Venezuela e, por fim, a interação político-militar proposta pelo Chavismo e seus desdobramentos.

Esperamos que os pontos aqui ressaltados sirvam de base para estudos mais aprofundados e generalizantes sobre a inserção de militares na política e suas consequências para o Estado e para as Forças Armadas.

2. O ESTADO, O GOVERNO E AS FORÇAS ARMADAS

“A política é uma guerra sem derramamento de sangue, e a guerra uma política com derramamento de sangue.”

Mao Tse Tung, estadista chinês, (1893-1976)



Figura 3 – Capa do livro 'O Leviatã' (1651), de Thomas Hobbes, uma alegoria do Estado acima de todos.

Desde os mais remotos tempos o homem conquistou territórios e se reuniu em grupos sociais, segundo sua cultura e características étnicas, formando nações. Uma vez que os agrupamentos estivessem estabelecidos, tornava-se necessário desenvolver estruturas e organizá-los a fim de permitir que se atingissem os objetivos comuns a que se propunham. A esses grupos organizados chamamos Estado, e à forma de estabelecer a organização, chamamos política⁶. Sobre os fundamentos do Estado discorreram vários estudiosos e filósofos, mas selecionamos três que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, estabeleceram um conveniente embasamento teórico para o presente trabalho: Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778).

Esses autores primordiais apresentaram diferentes óticas e chegaram a concepções próprias sobre como os povos devem se organizar em busca de uma sociedade capaz de atingir seus objetivos, politicamente organizada como Estado.

⁶ Política, do grego *politikos*: a arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados.

Em que pesem as diferentes ideias desenvolvidas, podemos – para o interesse deste trabalho – destacar duas abordagens comuns:

- o Estado representa a vontade coletiva, tutelando as pessoas e demais grupos da sociedade e, por isso, se coloca, (ao menos) politicamente, acima de todos; e

- cabe ao Estado proporcionar segurança e defesa à sociedade (dentre outras obrigações primordiais, mas não relevantes para o presente estudo).

O primeiro tópico nos leva à conclusão de que cabe ao Estado organizar politicamente a vontade coletiva e sublinha que a preponderância do Estado sobre as demais instituições⁷ impõe que todos (mesmo a alta hierarquia que dirige o país) se submetam àquela vontade.

Para aprofundarmos o segundo tópico, avancemos até o século XX, onde vamos encontrar Max Weber trabalhando em seu ensaio ‘A política como vocação’, no qual define o Estado moderno como “uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território.” (WEBER, 2015). Mais adiante, na mesma obra, Weber ainda enfatiza que: “O Estado é considerado como a única fonte do direito de utilizar a violência.”(*ibid.*)(grifo nosso).

Da reunião dessas ideias desenvolvidas do século XVII ao início do século XX poderíamos – para o interesse do presente trabalho – definir o Estado como ‘o conjunto de instituições sociais que constituem a organização política de um povo e que detêm o monopólio do uso legal da força’. Essas ideias são centrais ao conceito de Estado; pode-se a elas adicionar outras, entretanto, não se pode delas abrir mão, pois isso desconstrói o próprio conceito.

Modernamente, a prerrogativa do uso legal da força se materializa na organização de instituições que tenham a capacidade de garantir os interesses e assegurar a defesa do Estado frente a grupos adversos que se lhe oponham. Essas instituições, via de regra chamadas de Força(s) Armada(s), devem deter a exclusividade do controle e do uso dos meios de violência disponíveis e – segundo a

⁷ Aqui entendido como a nação e seu território.

ótica de Weber – são indissociáveis do Estado e, como este, são instituições permanentes, estando acima de interesses pessoais ou de grupos.

O Estado, ente imaterial – ainda que permanente e real – não pode, no entanto, se conduzir sozinho. Fazem-se necessárias pessoas, órgãos e estruturas físicas próprias para lhe dar vida e organizar, para estabelecer sua Política, ou, em outras palavras, para estabelecer a forma pela qual se alcançarão os objetivos coletivos de desenvolvimento e se garantirá a segurança. Por esse viés, as estruturas que sustentam o Estado – Forças Armadas entre elas – são eminentemente empregadas em proveito da Política do Estado.

Em relação aos militares, Clausewitz já havia antecipado essa relação no século XIX: "A guerra é a continuação da política por outros meios". Quando se torna necessário travar uma guerra para atingir um objetivo da Política do Estado será necessário que a política do governo estabeleça disponibilidades e limites para a atuação das Forças Armadas. Então, a política de governo impacta na forma e nos instrumentos que a Força Armada poderá ter em mãos para fazer cumprir a parcela a ela atinente da Política do Estado. Esse é o motivo pelo qual o Alto Comando das Forças Armadas precisa acompanhar, entender e por vezes influir no debate político no nível do governo.

As Forças Armadas sofrem as ações do governo, mas também são capazes de impactar na política, estimulando ou limitando ações nas áreas que digam respeito a suas atribuições. Por esse ponto de vista, sempre haverá algum grau de politização nas Forças Armadas, entretanto, ele deve estar concentrado no nível de comando mais elevado. Daí para baixo, nos quartéis, não se dispõe da necessária visão de conjunto, relacionamento institucional, autonomia, capacidade de decisão ou responsabilidade funcional que justifiquem a discussão política. Deve restar claro, ainda que, acompanhar, entender e mesmo influir na política de governo, não significa, de forma alguma, fazer proselitismo ou se partidarizar.

Nas democracias há regularmente eleições presidenciais, quando diferentes partidos podem se suceder no governo – que é aqui entendido como o conjunto de pessoas que controlam de forma temporária as estruturas do poder Executivo (Forças Armadas aí incluídas). O partido eleito deve apresentar uma agenda política de governo (variável conforme seu viés ideológico e legitimada pelo sufrágio) para

fazer cumprir a Política do Estado. Um governo recebe, portanto, a concessão de definir o caminho, mas não o objetivo final.

Os partidos que podem alcançar o governo podem ter um viés ideológico que varia da esquerda extremamente progressista à direita visceralmente conservadora. A cada eleição o povo escolhe dentre essas opções, podendo sua vontade transitar facilmente de um para o outro lado do espectro no intervalo de um mandato. Os governos, transitórios por natureza, serão mobiliados por um partido de plantão, que cedo ou tarde será substituído – talvez por um opositor, o Estado por outro lado é permanente e as Forças Armadas, por isso mesmo devem primar pela perenidade e constância: submeter-se a um partido significa submeter-se a uma visão de mundo relativamente estreita, na qual a amplitude dos objetivos do Estado não encontra espaço.

Além disso, se as Forças Armadas – quando considerado seu poder intrínseco de detentoras dos meios de violência do Estado – se colocam ao lado de um partido elas naturalmente ‘sequestram’ a liberdade para a oposição e substituição daquele grupo no poder. A partir daí, perdem-se os freios e contrapesos do sistema democrático e o partido no governo ganha espaço para realmente impor seus interesses ao povo e ao Estado. Sobre esse aspecto, Samuel Huntington (2016) nos instiga: "A lealdade e a obediência são as mais altas virtudes militares; mas quais serão os limites da obediência?"

Por fim, cabe o questionamento: como se controla aqueles que detêm a força? Como se colocam limites para que os militares – humanos que são – de moto próprio não fujam das balizas de suas obrigações, impondo-se ao Estado ao invés de servi-lo? Sobre o relacionamento entre o governo político (civis) e as forças armadas (militares), Huntington enunciou conceitos bastante úteis. Segundo esse autor há duas diferentes formas para que os civis ganhem controle⁸ sobre as forças armadas: a subjetiva e a objetiva. Vejamo-los.

⁸ “O controle civil não significa uma relação que evidenciaria a superioridade civil e a conseqüente inferioridade militar. Pelo contrário, são níveis de responsabilidade que se complementam no exercício democrático” OLIVEIRA, 2005 apud. SILVA, 2010). Não existe a possibilidade de uma intervenção civil nos quartéis, uma vez que as normas que regem a atividade militar estão claramente explicitadas, desde a Política Nacional de Defesa até os regulamentos internos de cada Força; sempre na defesa dos interesses do Estado.

Na forma subjetiva as elites políticas se protegem de uma possível intervenção militar dividindo valores e objetivos comuns com as Forças Armadas, o que se dá, as mais das vezes através da politização do corpo de oficiais. Essa modalidade corresponde à maximização do poder civil, contudo devido à diversidade dos grupos civis, a ligação dos militares sempre se fará com algum grupo específico (o partido do governo, por exemplo).

Não temos aqui uma real cooperação entre política e poder militar em prol dos interesses do Estado, mas sim uma tutela, que levará os militares a apoiar os interesses comuns com o partido no governo ainda que os objetivos deste diverjam dos objetivos do Estado. A participação constante nos assuntos internos do governo apequena as Forças Armadas, afastando-as de sua função, pode-se dizer que os militares, cooptados pelo partido da situação, tornam-se seus defensores.

Já no controle objetivo não há interdependência entre civis e militares, As Forças Armadas são auto-dirigidas através de forte sentido de profissionalismo, cujas normas incluem a submissão à autoridade constituída do Estado e uma atitude eminentemente não partidária. Neste caso, partido após partido ocupará o governo, em uma sucessão absolutamente indiferente aos militares, voltados que estão a seu compromisso com o Estado.

3. A VENEZUELA ANTES DE HUGO CHÁVES

"Toute nation a le gouvernement qu'elle mérite"⁹
Joseph de Maistre, filósofo francês (1753-1821)

3.1. De 1811 a 1958: um século e meio de interferências



Figura 4 – Assinatura da Ata de Independência da Venezuela. Pintura de Juan Lovera (1838).

A Venezuela alcançou sua independência em 05 de julho de 1811, através da assinatura da 'Ata de Declaração da Independência', quando sete províncias espanholas, pertencentes à Capitania Geral venezuelana na América do Sul, declararam-se independentes do Reino de Espanha. Esse ato oficial, no entanto, antes iniciou do que concluiu o processo que efetivamente libertou a Venezuela do jugo espanhol, dando início a quase 10 anos de confrontos militares entre as forças que apoiavam o domínio hispânico (chamadas de realistas) e os que pugnavam pela libertação (Exército Patriota).

A partir do marco da fundação dessa república federativa e das lutas subsequentes ganha vulto o nome de Símon Bolívar na busca pela libertação da América espanhola. De origem venezuelana, Bolívar ficou conhecido como 'O Libertador', por ter marcado indelevelmente o processo de independência da Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela – os chamados países bolivarianos.

⁹ "Toda Nação tem o governo que merece."(tradução nossa)

Atuando nas esferas política e militar, Bolívar liderou o Exército Patriota e moveu incessante luta contra a metrópole ibérica.

O objetivo magno de libertar a América do jugo espanhol conduziu suas ações e cristalizou-se como compromisso de seu exército. Em 1813 Bolívar assumiu a presidência da Venezuela e, em 1821, liderando os patriotas na batalha de Carabobo, consolidou a independência do país¹⁰, derrotando os últimos realistas. A independência, contudo, não trouxe estabilidade à república da Venezuela: a imaturidade política, as atribulações da guerra e as distintas concepções de organização do país entre os líderes patriotas, levaram à promulgação de três constituições diferentes no breve período até 1831.

As sucessivas modificações na Carta Magna indicaram, desde logo, uma certa falta de energia na esfera legislativa para estabelecer de forma incontestada o marco legal de organização do país e, também, a pouca vontade dos líderes políticos em se submeter à norma imposta. Desde o início foi fraca a disposição daqueles que ansiavam pelo poder em jogar pelas regras, sendo-lhes mais prático tomar o governo à força, através de insurreições e golpes, desrespeitando a constituição em vigor e estabelecendo uma nova, mais conforme a seus interesses.

O desequilíbrio de forças entre os poderes republicanos nasceu junto com a própria Venezuela. Bolívar acreditava na necessidade de um Executivo dominante sobre os demais poderes, uma vez que o presidente não contava com a veneração, prestígio e esplendor de um monarca, tendo assim menos espaço de manobra: “Nas repúblicas o Executivo deve ser mais forte, porque tudo conspira contra ele, já nas monarquias, o [poder] mais forte deve ser o Legislativo, porque tudo conspira em favor do monarca.”¹¹

Com a morte do Libertador em 1830, dissolveu-se o Exército Patriota, sendo substituído por uma força que, segundo Delgado (2019) foi se formando por

¹⁰ A Venezuela encontrava-se, desde 1819, reunida à Colômbia, Equador e Panamá, em um Estado atualmente conhecido por Gran-Colômbia. O arranjo se dissolveu em 1831, devido às tensões internas entre os países.

¹¹ “En las Repúblicas el Ejecutivo debe ser el más fuerte, porque todo conspira contra él, en tanto que en las monarquias el más fuerte debe ser el Legislativo, porque todo conspira em favor del monarca”.(tradução nossa)

*montoneras*¹² a mando dos caudilhos¹³ regionais, a qual era reorganizada a cada presidente que assumia o poder, pela incorporação de seus próprios homens. Com isso, começou a desvanecer o apelo patriótico instilado por Simón Bolívar no seio militar, substituindo-se o antigo compromisso com a libertação da Pátria (Estado) pelo compromisso com o caudilho em evidência na busca pelo controle dos recursos da Nação (KALITA, 2016).

A composição heterogênea devida à inexistência de regras para incorporação, a falta de um sistema meritocrático robusto para formação de lideranças e a perda da âncora moral da fidelidade ao Estado, permitiram que o exército fosse reduzido à ferramenta nas mãos dos caudilhos. Pela ideia do homem forte indicava-se que aquele que dispusesse de mais fidelidade das tropas teria possibilidade de tomar o poder, e assim, a Venezuela não conseguiu fugir ao padrão de sucessivos golpes de governo com apoio militar.

Ao findar-se o século XIX o poder foi tomado por venezuelanos exilados na Colômbia, liderados por Cipriano Castro, em um movimento conhecido como Revolução Restauradora. O novo presidente, para se resguardar de qualquer tentativa de golpe, decidiu reorganizar profundamente o exército, estabelecendo um alinhamento de ideias e objetivos entre a Força Armada e seu governo. Sob esses auspícios a Academia Militar foi criada em 1903, novos equipamentos foram adquiridos, os uniformes foram padronizados, os soldos melhorados e se estabeleceram normas para as promoções na carreira.

Embora o potencial bélico da força tenha sido ampliado pela incorporação de capacidades, pode-se dizer que a profissionalização da mesma foi falha, por não se ter efetivamente vinculado a Força ao Estado, o quê, aliás, não era objetivo do governo que promoveu a reorganização (DELGADO, 2019). A política permaneceu na ordem do dia, mas agora o Exército tinha mais poder. Com isso, as iniciativas de tomada do governo se deslocaram sensivelmente para dentro da própria força: de tempos em tempos surgiam lideranças políticas de diferentes matizes no seio do

¹² Força irregular de combate que atuava a serviço dos exércitos independentistas nos países sul-americanos ou de diversos setores políticos nas guerras civis posteriores à independência.

¹³ Lideranças políticas carismáticas e populistas, civis ou militares, ligadas a setores tradicionais da sociedade.

exército, quebrando a unidade, subvertendo a hierarquia e desfazendo os laços de disciplina.

Quando essas lideranças se julgavam suficientemente fortes se lançavam a derrubar o presidente (por vezes *manu militari*, por vezes manobrando em conchavos nos palácios), mas sempre apoiados por seus seguidores na força. O sucesso era efêmero: em poucos anos eram depostos por outros de igual índole.

Além da reorganização militar, a vida econômica do país também mudou no início do século XX: a descoberta de extensas reservas de petróleo antes da Primeira Grande Guerra fez da Venezuela o maior exportador mundial já em 1920, indicando a possibilidade de altos ganhos financeiros. Com efeito, a economia do país, antes baseada na agricultura passou a depender do petróleo de forma cada vez mais absoluta, limitando o desenvolvimento de outras formas de geração de divisa no mercado internacional.

As importações começaram a substituir a produção local, com efeitos danosos para economia, levando a Venezuela, por fim, a se caracterizar como um Estado rentista¹⁴. A exportação de petróleo trazia divisas para dentro do país, ficando sua alocação a cargo dos políticos. Sistemas de controle limitados e um poder legislativo desinteressado permitiam que boa parte dos recursos se perdessem em desvios e corrupção, tornando comum o enriquecimento ilícito de membros do governo.

Politicamente, prosseguia o ambiente instável, com forte intervencionismo militar. Fosse para o bem ou para o mal, para que se pudesse salvar a Pátria ou assaltá-la, durante toda a primeira metade do século XX, governos eram seguidamente instalados e derrubados por golpes militares. Nesse contexto, a aprovação de uma constituição de caráter liberal em 1947 levou à notável exceção

¹⁴ “Estado rentista é aquele que recebe, de maneira regular, montantes substanciais de renda externa, pagas por governos externos. O conceito diz respeito, normalmente, à renda proveniente da venda de petróleo e/ou gás (dávias da natureza cujos custos de extração são relativamente baixos, quando comparados com o lucro gerado), o que gera um crescimento da riqueza / Produto Interno Bruto (PIB) independentemente do trabalho da população. O papel do Estado rentista tende a ser de distribuir internamente a renda que recebe do resto do mundo, proporcionando o crescimento da economia doméstica com a receita do petróleo” (MORAES, 2016). Essa dinâmica impede o efetivo desenvolvimento da capacidade produtiva, o Estado se torna o grande empregador do país e a economia fica intrinsecamente atrelada ao petróleo, vivendo momentos de bonança quando a cotação internacional sobe e severa e disseminada crise por todo o mercado interno quando os preços internacionais caem.

no cenário da escolha do Presidente da República, permitindo a realização de eleições diretas, pela primeira vez em todo o século XX.

Sagrou-se vencedor, com cerca de 70% dos votos, Rómulo Gallegos, que assumiu o governo em 1948. Entretanto, confirmando a desorganização política e falta de controle sobre o estamento militar, o presidente foi deposto, escassos 9 meses e 9 dias depois de empossado, por uma junta presidida pelo tenente-coronel Carlos Delgado Chalbaud, e integrada ainda pelos também tenente-coronéis Marcos Pérez Jiménez e Luis Llovera Páez. Era ainda a política, sempre minando os quartéis de dentro para fora, criando relações de submissão fora da hierarquia, quebrando a unidade e a disciplina e colocando a Força Armada a serviço de interesses pessoais.

Foi estabelecido um “governo [que] se diz das Forças Armadas, pelos militares ‘nacionais’ em nome da Venezuela”¹⁵ (IRWIN, 2006). Ocorre que Chalbaud foi assassinado em 1950, desencadeando uma crise política e levando à reorganização da Junta Militar, agora como Junta de Governo, sob a presidência nominal do diplomata Germán Suárez Flamerich. O novo presidente, entretanto, carecia de real poder, concentrando-se as decisões, de fato, nas mãos do coronel Pérez Jiménez.

A Junta convocou eleições para que uma assembleia redigisse nova Carta Magna, entretanto, o resultado das urnas (com vitória da oposição) não foi reconhecido pelo governo, que, desconsiderando a vontade popular, constituiu a assembleia majoritariamente com seus apoiadores. Assim, a Constituinte, ao iniciar seus trabalhos, nomeou Pérez Jiménez presidente provisório, e confirmou em seus respectivos cargos os integrantes do legislativo e judiciário por ele indicados.

Posteriormente a assembleia ratificou o presidente em seu cargo e concedeu-lhe um mandato de 5 anos, até as eleições de 1957. Mais uma vez, e acorde com o ideário de força de Simón Bolívar, o Executivo, apoiado nas Forças Armadas, manobrou para concentrar o poder. Conforme as palavras do próprio Pérez

¹⁵ “El gobierno dice ser de las Fuerzas Armadas, por los militares criollos, em nombre de Venezuela”. (tradução nossa)

Jímenez: “Deve haver um líder que aponte o caminho sem que lhe perturbe a necessidade de alcançar a popularidade demagógica.”¹⁶ (EL ESPECTADOR, 2019)

Todo esse processo de exceção que manteve Pérez Jímenez no poder durante dez anos (1948-1957) foi cercado de acusações e ressentimento político, transbordando em movimentos contra o governo, que tinham como resposta duras ações das Forças Armadas, cada vez mais identificadas pela população como órgão repressor de uma indesejada ditadura. O presidente, por sua vez, procurava justificar seu governo:

“Faço todo o possível para dar aos venezuelanos o tipo de governo que melhor lhes convém. As pessoas podem dizer que se trata de um regime ditatorial, mas o país não está preparado para a democracia que conduz ao abuso de liberdade.” (ibid.)¹⁷

O bom desempenho econômico da Venezuela, alicerçado nos preços do petróleo no mercado internacional no período, permitiram a Pérez Jímenez realizar um governo desenvolvimentista, com economia estável e redução da pobreza, o que retardava o crescimento do descontentamento político e social. Entretanto, em 1957 a população já estava farta tanto do governo quanto das Forças Armadas, e apenas a perspectiva das eleições para o mandato 1958-62, mantinha a situação sob controle.

Na verdade, mesmo dentro das Forças Armadas já havia setores que se mostravam insatisfeitos com o governo e preocupados com o poder crescente de seu aparato policial repressivo, mas, em que pesassem os diferentes pontos de vista dos militares com relação ao governo, o Alto Comando ainda vinha mantendo a capacidade de determinar as ações dos médios e baixos escalões.

Ao chegar o fim de 1957, Pérez Jímenez suspendeu as eleições gerais e determinou a realização de um plebiscito onde a população informaria se concordava ou não com a continuação de seu governo pelo próximo período. Oficialmente a opção pela continuidade saiu vitoriosa, resultado questionado pela

¹⁶ “Debe haber un líder que señale el camino sin que le perturbe la necesidad de alcanzar la popularidad demagógica.”(tradução nossa)

¹⁷ “Hago todo lo posible por dar a los venezolanos la clase de gobierno que mejor les conviene. La gente puede decir que se trate de un régimen dictatorial, pero mi país no está preparado para la clase de democracia que conduce al abuso de la libertad.”(tradução nossa)

oposição. A crise resultante da suspensão das eleições gerou amplas manifestações populares e desencadeou dura repressão por parte das Forças Armadas.

A manobra política mostrou um Jiménez definitivamente desconectado da sociedade e, ainda em dezembro “a Junta Patriótica, um órgão clandestino integrado por representantes de vários partidos da oposição e que articulava a resistência ao regime [...] faz um chamamento às Forças Armadas para que cumpram seu dever e velem pelo cumprimento da constituição” (BERMÚDEZ, 2019). Respondendo ao clamor da sociedade, a 1º de janeiro de 1958 se produziu o primeiro intento de rebelião militar contra Pérez Jiménez.

O movimento, envolvendo principalmente oficiais da força Aérea da guarnição de Maracay e de blindados da guarnição de Caracas, fracassou, mas deixou claro que já não havia por parte dos militares um apoio monolítico ao governo de Pérez Jiménez. Aprofundou-se a crise do governo e patenteou-se o esfacelamento da liderança militar demonstrada nos 10 anos anteriores. Novas insurreições brotaram em vários quartéis, diversos setores sociais se mobilizaram contra o governo, radicalizando protestos e repressão.



Figura 5 – Primeira página do Jornal Panorama, de 23 de janeiro de 1958

No dia 22 de janeiro de 1958, a Academia Militar se rebelou e lá se estabeleceu uma junta militar de governo que pediu a renúncia de Pérez Jiménez. Neste momento a situação das tropas era uma incógnita: havia forças leais e contrárias ao presidente. Para debelar o movimento o Alto Comando, ainda fiel ao governo, considerou uma operação para retomar a escola rebelde.

No entanto, ao tomar conhecimento dos planos para se investir contra a Academia, o General Pérez Jiménez decidiu deixar o poder, declarando: “*prefiero irme antes que matar cadetes*”. Pouco antes, o comandante da Marinha já havia se colocado contra a ditadura, definindo a sorte do país: as divisões e rivalidades internas das Forças Armadas haviam feito pender a balança contra o presidente, que já não contava com a lealdade dos militares. Restou a Pérez Jiménez o exílio.

Com o encerramento da ditadura findou-se o ciclo de disputa direta entre os poderes político e militar, iniciado logo após a assinatura da Ata de Declaração da Independência. Nesse um século e meio a rotina da convivência entre os dois polos de poder se caracterizou pelo foco nos interesses próprios e afastamento dos interesses do Estado. Foram 54 trocas de mandatário e 6 rupturas institucionais, indicando o alto grau de desorganização política: jamais conseguiram os partidos estabelecer de forma acordada as regras de transição ou construir o entendimento necessário para fazer o jogo democrático (ou ao menos constitucional) funcionar.

As Forças Armadas, por sua vez, nunca alcançaram o nível de profissionalismo necessário para que se afastassem das lutas pelo governo e se dedicassem aos interesses do Estado venezuelano. Pelo contrário, tornaram-se forças a serviço daquele que tivesse carisma e apetite político suficiente para lutar pelo poder. Desde que os integrantes do Exército Patriótico foram sendo substituídos pelos indicados pelo caudilhismo regional o ideal de serviço à Pátria foi também substituído pelo serviço aos indivíduos – civis ou não – que disputavam o poder. Com a reorganização do exército no início do século XX, a balança pendeu para o lado militar, que presidiu o país durante 41 de 57 anos, fazendo 8 presidentes de um total de 14.¹⁸

3.2. De 1958 a 1989: três décadas dentro dos quartéis

Removida a ditadura de Pérez Jiménez, assumiu o poder uma junta civil-militar liderada pela Marinha, que convocou eleições para dezembro de 1958. Entretanto,

¹⁸ Os 8 presidentes cumpriram 10 períodos presidenciais, sendo 6 conquistados por eleições pelo Congresso e 4 através de golpes de Estado.

as divisões internas das Forças Armadas cobravam seu preço e em julho houve um movimento por parte do Exército para tomar o governo. Exausta, a população não permitiu que os militares – associados a Jiménez – voltassem ao poder com novo regime forte, afastando essa derradeira tentativa de golpe de estado. Urgia então fazer a reorganização política do país, a fim de levar os militares para os quartéis, evitando uma nova ditadura.

Na busca de uma nova ordem política, os três principais partidos do país¹⁹ firmaram o Pacto do Punto Fijo, em que se comprometeram a respeitar os resultados das eleições e a assegurar a participação da oposição no gabinete de governo. Dessa forma procurava-se fortalecer os partidos políticos, em detrimento de outros atores e assegurar estabilidade à incipiente democracia representativa venezuelana, possibilitando alternância de poder, governabilidade e o afastamento definitivo dos militares da política (VIANA, 2019).

O apoio dos militares foi conseguido, mais uma vez, por meio do alinhamento de objetivos: foi lhes garantido o aperfeiçoamento técnico e modernização das Forças Armadas, o reconhecimento pelos serviços prestados e o melhoramento progressivo das condições salariais e de vida. O embasamento legal foi estabelecido em 1961 por meio da promulgação de uma nova constituição da qual destacamos dois artigos:

“Artigo 132. As Forças Armadas Nacionais formam uma instituição apolítica, obediente e não deliberativa, organizada pelo Estado para assegurar a defesa nacional, a estabilidade das instituições democráticas e o respeito à Constituição e às leis, cujo acatamento estará sempre acima de qualquer outra obrigação. As Forças Armadas Nacionais estarão a serviço da República e nunca de pessoas ou partidos políticos. (grifos nossos)

[...]

Artigo 150. São atribuições do Senado:

[...]

¹⁹ Eram eles: Acción Democrática (AD), Unión Republicana democrática (URD) e Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI)

5. Autorizar a promoção de oficiais das Forças Armadas, a partir do posto de Coronel ou Capitão de Mar e Guerra, inclusive”²⁰

Sob a nova constituição e cumprindo seu papel no acordo do Punto Fijo, as Forças Armadas se voltaram à preparação para defesa externa, derrotaram um movimento subversivo interno (em 1969) e participaram ainda, de forma bastante pontual e episódica, de ações sociais ou de desenvolvimento do país (as quais não encontravam amparo expresso na lei).

A nova carta magna não conseguiu estabelecer um completo desinteresse dos oficiais em relação ao poder político: o artigo 150 teve como efeito colateral levar os militares a buscar aproximação com os políticos, estabelecendo uma troca de favores a fim de garantir suas promoções. O mérito da carreira, as missões cumpridas e a vivência na tropa poderiam contar menos do que conhecer o político certo. Segundo Machillanda (1986):

“na Venezuela em 1963 [...] alguns oficiais acreditavam firmemente que a associação ao partido Ação Democrática (AD) era recomendação suficiente para a promoção e esses oficiais estavam convencidos de que o presidente Betancourt não levava em conta nem as normas nem a necessidade do serviço para colocar oficiais indicados pelo AD em postos importantes”.²¹ (apud. HENRIQUEZ e COLMENARES, 2003)

Economicamente, durante a vigência do Punto Fijo a Venezuela aprofundou sua caracterização como Estado rentista. A escalada dos preços do petróleo, de U\$20 a U\$123 entre os anos de 1973 a 1980, levou o país a abraçar de vez a dependência econômica dessa *commodity*. Entretanto, a partir de 1981 os preços médios caíram por 10 anos consecutivos até atingir o patamar de U\$40, arrastando com eles a vitalidade da economia. Segundo Luongo (2000), os problemas centrais do país à época foram assim diagnosticados pelo presidente em exercício em 1983:

²⁰ “Artículo 132. Las Fuerzas Armadas Nacionales forman una institución apolítica, obediente y no deliberante, organizada por el Estado para asegurar la defensa nacional, la estabilidad de las instituciones democráticas y el respeto a la Constitución y a las leyes, cuyo acatamiento estará siempre por encima de cualquier otra obligación. Las Fuerzas Armadas Nacionales estarán al servicio de la República, y en ningún caso al de una persona o parcialidad política. [...] Artículo 150. Son atribuciones del Senado: [...] 5. Autorizar el ascenso de oficiales de las Fuerzas Armadas, desde Coronel o Capitán de Navío, inclusive;” (tradução nossa)

²¹ “en Venezuela en 1963 [...] algunos oficiales creían firmemente que la asociación con el partido Acción Democrática era suficiente recomendación para el ascenso y los mismos oficiales estaban convencidos de que el presidente Betancourt no tenía en cuenta ni las normas del escalafón ni las conveniencias del servicio, para colocar oficiales orientados hacia el partido Acción Democrática en los puestos clave” (tradução nossa)

“A Venezuela do presente é, ao mesmo tempo, criação e vítima de um fenômeno bem conhecido: o surgimento súbito de uma riqueza fácil e quase gratuita, exacerbada pela alta repentina dos preços do petróleo. Essa situação pôs em nossas mãos a possibilidade da realização imediata de grandes ambições, desencadeou mudanças radicais em nossa sociedade e agravou no coletivo nacional nefastas tendências ao desperdício, à malversação e ao aproveitamento ilícito. Paralelamente com o auge desses vícios, acentuados nos últimos anos, sobreveio a crise do petróleo nos mercados mundiais. Se reduziu a entrada de divisas até o extremo de dar lugar a um déficit crônico, metodicamente dissimulado com o endividamento irregular, descontrolado e temerário.”²²(apud. HITNER, 2011)

O desperdício e a malversação de recursos públicos, aliados à queda dos preços do petróleo e ao descontrolado endividamento externo impactaram a economia, gerando inflação. Por outro lado, o desvio de recursos para abastecer um crescente mercado negro, trouxe a percepção de corrupção generalizada no governo. Sem ajustes estruturais, as tentativas de fazer caixa começaram a desestabilizar as finanças do Estado e a empobrecer a população.

Durante as décadas de 1950 a 1970 o petróleo havia proporcionado crescimento econômico e prosperidade, inflando a classe média. Com a aguda e persistente queda das receitas do petróleo, a taxa de pobreza saltou de 25% nos anos 1970 para 65% nos anos 1990 (McCOY, 2005) e boa parte da classe média se viu empurrada em direção à pobreza. Nesse ambiente o ingresso nas Forças Armadas passou a se destacar como uma possibilidade de estudar a baixo custo e recuperar o status social, fugindo da crise que se desenhava no horizonte.

Com o crescente desacerto fiscal a crise chegou de vez e impôs que o governo se submetesse a uma dura política de ajustes macro-econômicos e de redução do tamanho do Estado, imposta pelo FMI. Em um país rentista como a Venezuela, a perda de fôlego econômico do governo impactou imediata e diretamente na renda e no apoio social à população. Os venezuelanos viam seu direito à riqueza, antes

²² “La Venezuela del presente es a la vez creación y víctima de un fenómeno bien conocido: el súbito estallido de una riqueza fácil y casi gratuita, exacerbada por el alza repentina de los precios del petróleo. Esta contingencia, que puso en nuestras manos la posibilidad inmediata de realizar grandes ambiciones, desencadenó en nuestra sociedad cambios radicales y agravó en la colectividad nacional nefastas tendencias al despilfarro, la malversación y el aprovechamiento ilícito. Paralelamente con el auge de estos vicios, acentuados en los últimos años, sobrevino la crisis del petróleo en los mercados mundiales. Se redujeron nuestros ingresos fiscales hasta el extremo de dar lugar a un déficit crónico, metódicamente disimulado con el endeudamiento irregular, incontrolado y temerario”.

garantido pelo petróleo no subsolo, depauperado pelo roubo e incompetência da classe política, que se tornou, nas palavras de Mc Coy (2005), “o réu popular”.

Nas Forças Armadas parte considerável dos oficiais de baixa e média patente era oriunda das camadas mais humildes da população, e por isso mesmo, muito sensível às agruras do povo. Entre eles crescia o sentimento de oposição aos políticos e à sua submissão aos ditames capitalistas em detrimento do bem-estar social da população pobre. Ao que tudo indica havia certa falta de ação de comando ou de inteligência por parte dos escalões mais elevados, que, desconectados da realidade da tropa, não perceberam a gravidade da situação. Assim, invisível aos olhos do Comando surgiu em 1982, pelas mãos do então Tenente Hugo Chávez, o Ejército Bolivariano Revolucionario 200 (EBR-200)²³.

O grupo clandestino de orientação anti-capitalista nasceu e se instalou no seio do exército venezuelano, capitaneado por um punhado de jovens oficiais e buscando crescer pela adesão dentro dos quartéis²⁴. Seu fundador, militar de família humilde, firmemente se propunha a libertar os venezuelanos da opressão, estabelecendo com seus companheiros laços de continuidade com o Exército Patriótico de Bolívar.

Politicamente, a década de 1980 correu no mesmo passo da anterior: os partidos AD e COPEI se alternaram no poder sem conseguir resolver os problemas do país, com cada presidente que tomava posse culpando o anterior pela herança recebida. Em 1989, já com a crise econômica definitivamente instalada, um aumento do preço dos combustíveis foi o estopim para uma revolta popular de grandes proporções que mudou a história de Caracas.

3.3. "Maldito o soldado que empunhe arma contra seu próprio povo"²⁵

Em 27 de fevereiro de 1989 tiveram início três dias de motins e saques que sacudiram a capital venezuelana e ficaram conhecidos como o ‘Caracazo’. O saldo oficial foi de “276 mortos, cerca de 2000 feridos e 150 milhões de dólares em perdas

²³ O nome foi modificado depois para Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 (MBR 200)

²⁴ Inicialmente havia outros grupos subversivos em formação disputando a atenção da tropa, alguns de orientação à esquerda, outros alinhados com a antiga ditadura de Pérez Jiménez.

²⁵ “Maldito el soldado que empune su arma contra su propio Pueblo” (Simón Bolívar)(tradução nossa)

materiais”²⁶ (LA NACION, 1999). O grande número de baixas se deveu à duríssima repressão por parte do Exército, que, com armas automáticas, abriu fogo indiscriminadamente contra a população nos bairros pobres da cidade. O *Caracazo* entrou para o inconsciente coletivo venezuelano, estabeleceu a desconfiança do povo em relação a suas Forças Armadas e ratificou o amadurecimento do MBR-200 em um grupo disposto a derrubar o modelo político vigente e refundar a República.



Figura 6 – O *Caracazo*. Fonte: Telesur TV

Em 1992 a aparente serenidade das Forças Armadas se quebrou e os quartéis voltaram a se fazer ouvir em mais uma tentativa de golpe de Estado. Para surpresa da cúpula militar, por 10 anos o MBR-200 crescera e se organizara dentro do Exército. Faltara à Força incutir em seus integrantes profissionalismo suficiente para se manter fiéis às regras, estrutura e interesses do Estado e lutar pela solução dos problemas do país pela via política, fora do quartel.

Hugo Chávez, já tenente-coronel, julgava haver conquistado apoio suficiente da tropa²⁷ para tomar o poder de assalto. “O objetivo era restaurar a democracia e iniciar uma nova era política na Venezuela baseada nos princípios bolivarianos e

²⁶ fontes não oficiais elevam a cifra até 3000 mortos.

²⁷ Gott (2005) estima que 10% das tropas apoiavam o MBR

nacionalistas de justiça, igualdade e soberania nacional”²⁸ (STRØNEN, 2016). Para isso, foi concebida uma ação militar em que deveriam ser tomados o Palácio de Miraflores e a estação de TV em Caracas, havendo ainda objetivos em outras localidades do país.

Chávez tomou o Palácio de Miraflores, mas fracassou em assumir o controle da estação de TV, de onde pretendia conchamar as Forças Armadas e a população a se juntar ao MBR-200. Privado dessa ação crítica de seu plano, ele não obteve a necessária adesão e foi capturado; entretanto, o movimento prosseguia em outras localidades. Para fazer cessar toda atividade do grupo, o governo autorizou que o líder golpista concedesse uma entrevista na TV, e assim, ao fim e ao cabo, Chávez atingiu seu segundo objetivo militar: falar com toda a população.

O pronunciamento de Chávez ao vivo na Telesur (principal rede de TV venezuelana) catalisou a opinião pública, mostrando que o descontentamento do povo com o governo repercutia em parte do estamento militar e enfatizando que o movimento golpista fracassara naquele momento mas a luta não estava encerrada:

“Companheiros: infelizmente, por enquanto, os objetivos que determinamos não foram alcançados na capital. Quer dizer, nós em Caracas não fomos capazes de tomar o poder. Vocês, onde quer que estejam, desempenharam bem seus papéis, mas agora é tempo para repensar; novas possibilidades surgirão e o país rumará para um futuro melhor.” (Telesur TV, grifo nosso)



Figura 7 – Hugo Chávez é entrevistado após o fracassado golpe de 1992. Fonte: Telesur TV

²⁸ “The goal was to restore democracy and start a new political era in Venezuela based on Bolivarian and nationalist principles of justice, equity and national sovereignty”(tradução nossa).

Dominados os golpistas, todos os envolvidos foram presos e expulsos do Exército e, para todos os efeitos, a tentativa de tomada de poder havia sido um completo fracasso militar. Entretanto, Chávez, um 'estranho no ninho' do sistema do Punto Fijo, de origem humilde como o povo, afrontara e acuara o 'réu popular': a sorte fora lançada e só o tempo poderia mostrar qual o tamanho do sucesso político que fora atingido.

4. CHAVISMO – “A VENEZUELA É UM QUARTEL”²⁹

“Descreo de los héroes. Cuando acceden al poder se convierten en dictadores.”

Rafael Cadenas, escritor venezolano (1930 -)

4.1. Golpe e primeiro mandato de Chávez: as Forças Armadas a serviço do povo



Figura 8 – Soldados em comemoração à tentativa de golpe de 1992. Fonte: Getty Images

Imediatamente após o frustrado golpe de 1992 Hugo Chávez foi preso e expulso do Exército mas, em 1994, foi anistiado e colocado em liberdade. Ao longo da década de 1990 a população passou a ver em Chávez alguém com disposição para mudar o *status quo*. Mesma percepção tinham os militares de patentes mais baixas, que sentiam, desde o *Caracazo*, que as Forças Armadas eram utilizadas para oprimir os pobres, sob as ordens de uma casta política percebida como endemicamente corrupta. Nesse período Chávez se aproximou de Cuba e estabeleceu forte relação com Fidel Castro, abraçando a causa socialista e transitando de (ex) militar politizado a político de viés militarista.

Em 1998 foram realizadas eleições presidenciais e Hugo Chávez se apresentou como candidato *outsider*, sublinhando sua participação no golpe de

²⁹ Adaptado de “Ecuador es un convento, Colombia es una universidad y Venezuela es un cuartel”. Frase atribuída a Simón Bolívar.

1989, colando sua imagem à de Símon Bolívar (o soldado a favor do povo) e afirmando seu compromisso nacionalista na recuperação da dignidade e grandeza da Venezuela. Colocando-se “contra tudo o que aí está” e canalizando o descontentamento da população e boa parte dos militares, Chávez se elegeu³⁰ prometendo romper com o sistema existente.

Empossado, o novo presidente deu início a seu projeto de ‘Revolução Bolivariana’, no qual os militares desempenhavam papel fundamental por meio do estabelecimento de uma *alianza cívico-militar*. Essa aliança impunha que os militares fossem colocados a trabalhar diretamente no desenvolvimento nacional, com a mesma ênfase com que trabalhavam na defesa da Pátria, dirigindo, complementando – e, em última análise – substituindo, em cada campo do poder, os atores normativamente responsáveis pelas ações. Tudo em prol de uma visão política e organizacional que não encontrava amparo na constituição.

Para resolver esse e outros empecilhos que a Carta Magna lhe trazia, Chávez convocou eleições para uma Assembleia Constituinte, na qual seus apoiadores ocuparam 93% das cadeiras³¹ (15% só com militares da reserva), gestando uma nova constituição, nacionalista e talhada para o papel de um homem forte e autoritário. Essa Carta, promulgada em 1999, estabeleceu o arcabouço legal para a Revolução Bolivariana, investindo fortemente no viés social (a ser financiado pelo petróleo), outorgando maiores poderes ao presidente e ampliando as prerrogativas do executivo. O artigo referente às Forças Armadas passou a ter a seguinte redação:

“Artigo 328. A Força Armada Nacional³² constitui uma instituição essencialmente profissional, sem militância política, organizada pelo Estado para garantir a independência e soberania da Nação e assegurar a integridade do espaço geográfico, por meio da defesa militar, da cooperação na manutenção da ordem interna e da participação ativa no desenvolvimento nacional [...] está a serviço

³⁰ Segundo o Tribunal Eleitoral Chávez obteve 35,56% do eleitorado (56,20% dos votos em participação de 63,45%)

³¹ O governo estabeleceu uma fórmula estatística que lhe permitiu obter 93% dos assentos mesmo tendo ganho apenas cerca de 53% dos votos. (O GLOBO, 2007)

³² As 4 Forças Armadas existentes (Exército, Marinha, Aeronáutica e Guarda Nacional foram reunidas sob o nome de Força Armada Nacional (FAN), mas mantiveram suas estruturas independentes.

exclusivo da Nação e nunca de pessoas ou partidos políticos [...]”³³
(grifos nossos)

Cabe ressaltar a diferença desse artigo que trata da Força Armada Nacional (FAN) na Constituição de 1999 daquele que constava da anterior, de 1961. Naquela, a redação é a seguinte: “As Forças Armadas Nacionais formam uma instituição apolítica, obediente e não deliberativa [...]” (grifo nosso). O termo ‘apolítico’ foi substituído por ‘sem militância política’; essas expressões apenas aparentemente traduzem a mesma ideia: na verdade enquanto a constituição de 1961 vedava completamente a politização das Forças Armadas, a de 1999 o permite, desde que não haja militância.

Também diferem nas duas constituições as missões atribuídas às Forças Armadas, tendo a de 1999 incorporado a obrigação da ‘participação ativa no desenvolvimento nacional’ (abrindo espaço para a *alianza cívico-militar*). Essa alteração é a tratada no parágrafo anterior, segundo Alvarez (2004) “dão [as Forças Armadas] uma margem de ação e ingerência na vida política, social e econômica do país nunca antes vista”³⁴.

Por fim, nessa nova constituição a Assembleia Nacional perdeu a prerrogativa para autorizar as promoções a Coronel e General, que migrou para a esfera exclusiva do Presidente da República:

“Artigo 236. São atribuições e obrigações do Presidente da República:

[...]

5. Dirigir a Força Armada Nacional como Comandante em Chefe, exercer suprema autoridade hierárquica sobre ela e fixar seu efetivo.

6. Exercer o comando supremo da la Força Armada Nacional, promover seus oficiais a partir do posto de Coronel ou Capitão de

³³ “La Fuerza Armada Nacional constituye una institución esencialmente profesional, sin militancia política, organizada por el Estado para garantizar la independencia y soberanía de la Nación y asegurar la integridad del espacio geográfico, mediante la defensa militar, la cooperación en el mantenimiento del orden interno y la participación activa en el desarrollo nacional [...] está al servicio exclusivo de la Nación y en ningún caso al de persona o parcialidad política alguna [...]”(tradução nossa)

³⁴ “le dan un margen de acción y de injerencia en la vida política, social y económica del país nunca antes visto.”(tradução nossa)

Mar e Guerra, e nomeá-los para os cargos que lhes sejam privativos.”³⁵

Manobrando na amplidão do conceito de ‘desenvolvimento nacional’, Chávez propôs que caberia ao Exército assumir “uma posição central no cenário político, devendo refundar a República venezuelana diante da incapacidade das lideranças civis em sustentá-la” (SILVA, 2017). Era uma verdadeira revolução no papel da instituição, tirando os militares de dentro dos quartéis e vinculando-os essencialmente ao projeto de formação de uma nova Venezuela e “realocando as Forças Armadas, no campo sociopolítico interno, não como coadjuvante do processo político, mas como um dos atores principais nas disputas internas pelo poder.” (*ibid.*)

Se antes do Punto Fijo era imposta à sociedade – a seu contragosto – a aceitação do protagonismo militar no debate político e no controle do Estado, agora os eleitores de Chávez embarcavam de bom grado no desenvolvimento nacionalista, compartilhando a convicção de que é o

“Exército quem deve levar a pátria à grandeza, não apenas garantindo a paz necessária para que floresçam as indústrias e defendendo suas leis e instituições, mas fazendo-as florescer diretamente, ditando-lhes, inclusive, as leis. Colocando ordem onde o resto da sociedade, evidentemente, não pode.” (STRØNEN, 2016)

Segundo Oliveira-Silva (2011), o entendimento do ‘onde o resto da sociedade evidentemente não pode’ se ligava a

“três pontos cruciais para a sociedade venezuelana contemporânea: social, político e econômico. Nos três casos, a instituição militar venezuelana é compreendida pelo presidente como de vital importância.”

A *alianza cívico-militar*, ao deslocar o foco de atuação da FAN do militar para o social-político-econômico institucionalizaria o uso das Forças Armadas em favor das ações partidárias do governo de Chávez.

Dando início à aliança, o governo lançou o ‘*Plan Bolívar 2000*’, o qual foi recebido muito positivamente pela população. Buscava-se com ele atender a situações de urgência social por meio de ações de amplo alcance, injetando grande

³⁵ “Artículo 236. Son atribuciones y obligaciones del Presidente o Presidenta de la República: [...] 5. Dirigir la Fuerza Armada Nacional en su carácter de Comandante en Jefe, ejercer la suprema autoridad jerárquica de ella y fijar su contingente. 6. Ejercer el mando supremo de la Fuerza Armada Nacional, promover sus oficiales a partir del grado de coronel o coronela o capitán o capitana de navío, y nombrarlos o nombrarlas para los cargos que les son privativos.” (tradução nossa)

quantidade de recursos, provenientes da alta do petróleo, na economia. Estavam incluídos desde projetos estruturais, que tratavam do desenvolvimento das indústrias petroquímica, de gás e agrícola, até ações como vacinação e apoio de saúde, manutenção de vias, escolas e hospitais, apoio ao pequeno agricultor e distribuição de alimentos, tudo isso empregando meios e pessoal militar. Nas palavras do periódico *La Nacion* (1999):

“Dez anos depois do sangrento ‘*Caracazo*’, 70.000 militares voltam hoje às ruas e campos da Venezuela, mas agora atuando no *Plan Bolívar 2000*, lançado pelo presidente Hugo Chávez para reparar e construir estradas, escolas e hospitais e executar operações de saúde e sementeira nos campos.”³⁶

A execução de diversas atividades do *Plan Bolívar 2000* coube à tropa, enquanto o planejamento e a administração financeira dos vultosos recursos ficaram a cargo dos altos escalões. O controle externo foi débil, e assim a FAN atuava praticamente sozinha, planejando, orçando, executando e comprando. A Força foi levada a atender aos objetivos populistas do governo, atuando em ações completamente fora de seu rol de atividades militares³⁷, conforme o próprio discurso alusivo aos cem dias de governo proferido por Chávez:

“A agricultura tem alcance constitucional de primeira ordem e assim terá, tem alcance estratégico inclusive de segurança do país e assim o faremos e as Forças Armadas também estão se incorporando a isto. Temos ativado várias granjas cívico militares para nos integrar com todos esses recursos a este projeto, que é estratégico, granjas integrais”³⁸

O resultado do uso político dos meios e pessoal militar e do acesso a posições de poder e a vantagens financeiras foi o começo da proliferação da corrupção e do

³⁶ “Diez años después del sangriento ‘caracazo’, 70.000 militares vuelven hoy a las calles y campos de Venezuela, pero dentro del plan Bolívar 2000, ordenado por el presidente Hugo Chávez para reparar y construir carreteras, escuelas y hospitales, y efectuar operativos de salud y de siembra en los campos.”(tradução nossa)

³⁷ Cabe salientar que algumas das atividades desenvolvidas poderiam ser comparadas a Ações Cívico-Sociais (ACISO). Entretanto, a falta de um objetivo propriamente militar e a definitiva substituição das entidades efetivamente responsáveis pelo apoio à população pelos militares, combinadas à permanência no tempo e à abrangência nacional das ações indicam que não se tratava de ACISO, mas sim de emprego político e populista das Forças Armadas, em detrimento do preparo profissional da tropa.

³⁸ “La agricultura tiene rango constitucional de primer orden y lo tendrá, tiene rango estratégico incluso de seguridad del país y así lo vamos hacer y las Fuerzas Armadas también están incorporándose a esto. Hemos activado ya varias granjas cívico militares para integrarnos con todos esos recursos a este proyecto que es estratégico, granjas integrales.”(tradução nossa)

proselitismo: as Forças Armadas começaram a ser compradas e partidarizadas. Pelo lado do governo, entretanto, e naquele momento (antes que os casos de corrupção viessem à tona), o *Plan Bolívar 2000* surtiu grande efeito junto à população mais carente – base de sustentação política de Chávez. Isso se reverteu, nas eleições de 2000³⁹, em sua vitória⁴⁰ e obtenção de expressiva maioria (incluindo diversos militares da reserva) na Assembleia Nacional.

4.2. Segundo mandato de Chávez: as Forças Armadas a serviço do partido



Figura 9 – Fidel orienta Chávez. Fonte: France-Press

No início do segundo mandato de Chávez a *alianza cívico-militar* não havia logrado atender à emergência social existente. O que efetivamente ocorria era o emprego partidário-populista da tropa em atividades completamente desvinculadas de sua função bélica e a disseminação da corrupção nos níveis de Comando. Ainda assim, consolidou-se a ideia – não esposada por todos os militares – de que a

³⁹ Eleições extemporâneas, determinadas pela Constituinte de 1999.

⁴⁰ Segundo o Tribunal Eleitoral Chávez obteve 33,84% do eleitorado (59,76% dos votos em participação de 56,63%)

cooperação com o ‘desenvolvimento’ não era apenas uma atividade subsidiária da FAN: ela deveria ter *status* equivalente à Defesa da Pátria.

Com isso, nesse período se instalou uma fratura de alto a baixo na FAN, separando apoiadores e detratores do novo regime. O Gen Div Victor Cruz Weffer, gestor do *Plan Bolívar 2000* (extinto em 2001 devido à corrupção generalizada) foi acusado de enriquecimento ilícito, mas ainda assim assumiu o comando da Força Terrestre declarando que “o Exército venezuelano será garante do processo revolucionário empreendido por Chávez”⁴¹. Outros membros do Alto Comando, porém, não viam com bons olhos a tal Revolução Bolivariana:

“Também faço um chamado à Força Armada Nacional e ao povo venezuelano para que manifestem publicamente sua rejeição a posição antipatriótica do presidente Chávez e peçam sua renúncia”⁴² (declaração do C Alte Carlos Molina Tamayo em 2002).

“[As pessoas] hoje repudiam o atual presidente, por sua incapacidade gerencial no trato da coisa pública. Sua rejeição se deve também aos altíssimos níveis de corrupção de seu governo, bem como à opressão e o totalitarismo de sua gestão”⁴³ (Gen Div Régulo Anselmi Espín, 2002, após denunciar que o presidente Chávez havia obrigado a FAN a render tributo à sua tentativa de golpe de Estado de 1992).

Em poucos dias Chávez acionou a Lei Habilitante⁴⁴, passando a enfeixar os poderes legislativo e executivo, o que lhe permitiu interferir na organização econômica e trabalhista e no controle da mídia. A enfraquecida oposição alegou que o presidente dispunha de poderes ditatoriais, setores da sociedade o acusaram de tentar implantar o comunismo, as maiores confederações patronais e de

⁴¹ “El Ejército venezolano será garante del proceso revolucionario que há emprendido Chávez”(tradução nossa)

⁴² “Asimismo le hago un llamado a la Fuerza Armada Nacional y al pueblo venezolano a que manifiesten públicamente su rechazo a la posición antipatriótica del presidente Chávez y soliciten su renuncia.”(tradução nossa)

⁴³ “hoy está repudiando al actual Presidente, por su incapacidad gerencial para el manejo de las cosas del Estado. Su rechazo se debe también a los altísimos niveles de corrupción de su gobierno así como la opresión y el totalitarismo de su gestión.”(tradução nossa)

⁴⁴ A lei habilitante permite que o presidente legisle por decreto em temas determinados pela Assembleia Nacional e pelo tempo estipulado pelos parlamentares. No governo Chávez ela foi acionada por quatro vezes entre 1999 e 2010. Os motivos alegados foram desde o atendimento a desabrigados até a implantação do socialismo do século XXI.

trabalhadores⁴⁵ se sentiram prejudicadas e as empresas privadas de rádio e televisão ficaram descontentes.

Em 2002 Chávez investiu sobre a PDVSA⁴⁶, uma jogada previsível, já que na rentista Venezuela, quem controla o Estado controla os meios de produção e por meio desses pode determinar a organização social. Na PDVSA o presidente determinou a substituição de antigos gestores (técnicos que cresceram na empresa pela meritocracia) por militares e pessoas de sua confiança, sem conhecimento na área de petróleo.

Foi a gota d'água: empresários e trabalhadores, mídia, setor petrolífero e parte do alto comando da FAN se rebelaram contra Chávez e a 'tempestade perfeita' se abateu sobre o governo. Foi convocada uma greve geral para 11 de abril de 2002, onde o acirramento de ânimos levou a violentos protestos. Em Caracas, manifestantes contra e a favor de Hugo Chávez se enfrentaram, em episódio que terminou com vários mortos e mais de uma centena de feridos. O estado de greve geral se prolongou e o Alto Comando Militar soltou uma nota repudiando os eventos ocorridos na capital e que informava que "Al Presidente se le solicitó la renuncia, la cual aceptó"(BBC, 2002).

Hugo Chávez tomou destino ignorado pela população e Pedro Carmona, presidente da FEDECÁMARAS foi empossado no palácio de Miraflores, revertendo, de imediato os decretos assinados sob a lei habilitante e retirando o 'Bolivariana' do nome do país. No dia seguinte surgiu a mensagem "*No he renunciado al poder legítimo que el pueblo me dio. Por siempre Hugo Chávez*"(ibid.). Neste ponto da situação, foram os apoiadores de Chávez (as camadas menos favorecidas da população e militares de baixas e médias patentes) que se dirigiram maciçamente às ruas de Caracas (OLIVEIRA-SILVA, 2011).

Com isso, Carmona abandonou Miraflores em favor do vice-presidente legal, o qual declarou que "el orden constitucional estaba plenamente restablecido y sus autoridades legítimas ejerciendo sus funciones" (BBC, 2002). No dia seguinte

⁴⁵ As poderosas Federação da Câmara de Comércio da Venezuela (FEDECAMARAS) e Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CVT)

⁴⁶ Petróleos de Venezuela. Estatal responsável pela exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, sendo a principal fonte de empregos e recursos daquele estado rentista.

Chávez foi libertado pelo Alto Comando e reempossado. Nesse curto intervalo de quatro dias a Venezuela teve três trocas de presidentes!

O fracassado golpe militar deu a Chávez a justificativa necessária para proceder a um expurgo na FAN, depurando-as a partir do Alto Comando, “[...] de dos grupos: los que estaban identificados con el creciente movimiento opositor, y los 'institucionalistas', que no se alinearon con el discurso bolivariano.”⁴⁷ (MIZRAHI, 2019). Utilizando-se de sua prerrogativa para a promoção de oficiais, Chávez começou a preparar um novo exército e um novo Alto Comando, descartando a meritocracia e promovendo seus apoiadores ao generalato. Começou aí, também, o inchaço dos altos postos, uma vez que promoções de escolhidos ocorriam ainda que não houvesse vaga nos quadros de pessoal.

Parte desse excesso era absorvido pelo governo, suas estatais e agências, onde Chávez, no escopo da *Alianza cívico-militar*, introduzia pessoal fardado em número crescente:

“os novos burocratas [militares] começaram a manipular orçamentos milionários, com pouca ou nenhuma transparência, à frente de áreas chaves: o Tesouro Nacional, a arrecadação tributária, a administração de divisas, as importações, bancos públicos, construção, transporte, portos e aeroportos, serviço de energia elétrica e setor de alimentação”.⁴⁸ (MARCANO, 2019)

Os designados para trabalhar no governo agregavam ao salário comissões financeiras específicas e ficavam responsáveis por interações de cunho financeiro, político, e por vezes partidários. A ligação direta entre esses militares e empresários e políticos, aliada ao sentimento geral de ‘urgência social’ e à inexistência de mecanismos eficientes de controle externo terminou por retirar todos os entraves à disseminação da corrupção no seio da FAN. Estima-se que a esta altura já havia cerca de 400 oficiais – de tenentes a generais de divisão, tanto da ativa quanto da reserva – tomando parte em ministérios, agências e estatais do governo.

⁴⁷ “[...] de dois grupos: os que se identificavam com o crescente movimento opositor e os 'institucionalistas', que não se alinharam com o discurso bolivariano”(tradução nossa).

⁴⁸ “Los nuevos burócratas comenzaron a manejar presupuestos millonarios, con poca o ninguna transparencia, al frente de áreas clave: la Tesorería Nacional, la recaudación tributaria, la administración de las divisas, las importaciones estatales, la banca pública, la construcción de obras, el transporte, los puertos y aeropuertos, el servicio de energía eléctrica y el sector alimentación.”(tradução nossa)

Em 2003, considerando que o *Plan Bolívar 2000* havia fracassado em solucionar a precariedade dos serviços sociais do governo, e se aproveitando do aumento do preço internacional do petróleo, Chávez introduziu as '*misiones*'. Tratavam-se de micro-estruturas do estado junto às comunidades mais vulneráveis, voltadas para as áreas de educação, ampliação de oferta de serviços e facilitação de acesso a produtos de primeira necessidade, saúde, emprego, reforma agrária e agricultura. Pela concepção da *Alianza cívico-militar*, a responsabilidade e aplicação do projeto recaíram sobre a FAN (HURTADO BRICEÑO, 2016), mais uma vez empenhada em favor da base de apoio político do governo e em substituição a suas responsabilidades militares.

Chávez renegou a proximidade histórica com os EUA e iniciou um alinhamento com o governo de Cuba. A ilha assessorou a Venezuela na concepção, instalação e funcionamento das *misiones* (através do envio de médicos e professores) e em troca, recebeu petróleo a preços subsidiados. A aproximação entre os governos atingiu também a esfera militar: oficiais e alunos foram realizar cursos em Cuba para depois incorporar suas ideologias a partir da Academia Militar e todas as demais escolas de formação, dando força à ideologização da tropa.

Nesse passo, as Forças Armadas evoluíram do discurso nacionalista para um discurso centrado no bolivarianismo. As restrições constitucionais ao ativismo político eram ignoradas, tanto de fora para dentro, por meio de imposições partidárias do presidente, quanto de dentro para fora, por iniciativas das próprias Forças. Um caso emblemático ocorreu com relação ao referendo revogatório⁴⁹ a que Chávez foi submetido:

“No último 5 de julho [de 2004], durante a comemoração da Independência e do Dia do Exército, [o Exército] encenou a ‘Batalha de Santa Inês’, que vem a ser o nome da campanha política do atual governo [de Hugo Chávez] no referendo revocatório presidencial”^{50,51}.
(ROSANGEL, 2004)

⁴⁹ Instrumento constitucional que submete o presidente, na metade de seu mandato, a uma consulta na qual a população define se ele poderá concluir o tempo restante ou se terá o mandato revogado, convocando-se novas eleições. A convocação do referendo se dá através de petição que reúna assinaturas ao menos 20% dos eleitores.

⁵⁰ “El pasado 5 de Julio en los actos conmemorativos de la Independencia y día del Ejército, se escenificó la Batalla de Santa Inés, que es el nombre de la campaña política del actual gobierno de cara al referéndum revocatorio presidencial.”(tradução nossa)

Efetivamente, a campanha do governo ‘Batalha de Santa Inês’, subrepticiamente promovida pelo Exército, sagrou-se vitoriosa no referendo de 2004, permitindo a Chávez prosseguir no uso político da tropa – por meio das ‘*misiones*’ – e na cooptação dos militares para a Revolução Bolivariana, fazendo

“Um chamado a todos os soldados da Venezuela para que sigamos [...] neste processo de transformação da Força Armada, [...] coluna fundamental [...] da Venezuela Bolivariana, motor desse processo de mudança revolucionário, nas áreas política, econômica e social”⁵²
(CHAVEZ, 2005, Promoção de Oficiais Gerais)

Em 2005 a Assembleia aprovou a nova Lei Orgânica das Forças Armadas Nacionais (LOFAN)⁵³, que criou o Comando Estratégico-operacional da FAN (CEOFAN) instituído como comando operacional de mais alto nível na estrutura militar. Entretanto, o presidente (Comandante em chefe para fins operacionais) ficou com a prerrogativa de, ignorando o CEOFAN, se ligar diretamente ao comando das forças singulares ou às tropas a elas subordinadas ou ainda designar um Oficial para exercer essas ligações. Criou-se ainda o Alto Comando presidencial, órgão externo à estrutura da FANB, paralelo ao Alto Comando da Força Armada, para assessoramento direto ao Presidente (CHIRINOS, 2007).

⁵¹ Em 2004 a oposição conseguiu impor um referendo revocatório para o mandato que acabava em 2006.

⁵² “Un llamado a todos los soldados de Venezuela a que sigamos, [...] en este proceso de transformación de la Fuerza Armada, [...] columna fundamental [...] de la Venezuela Bolivariana, motor de este proceso de cambio revolucionario, en lo político, en lo económico, en lo social.”

⁵³ Equivale a Lei Complementar que regule detalhadamente o funcionamento das Forças Armadas.

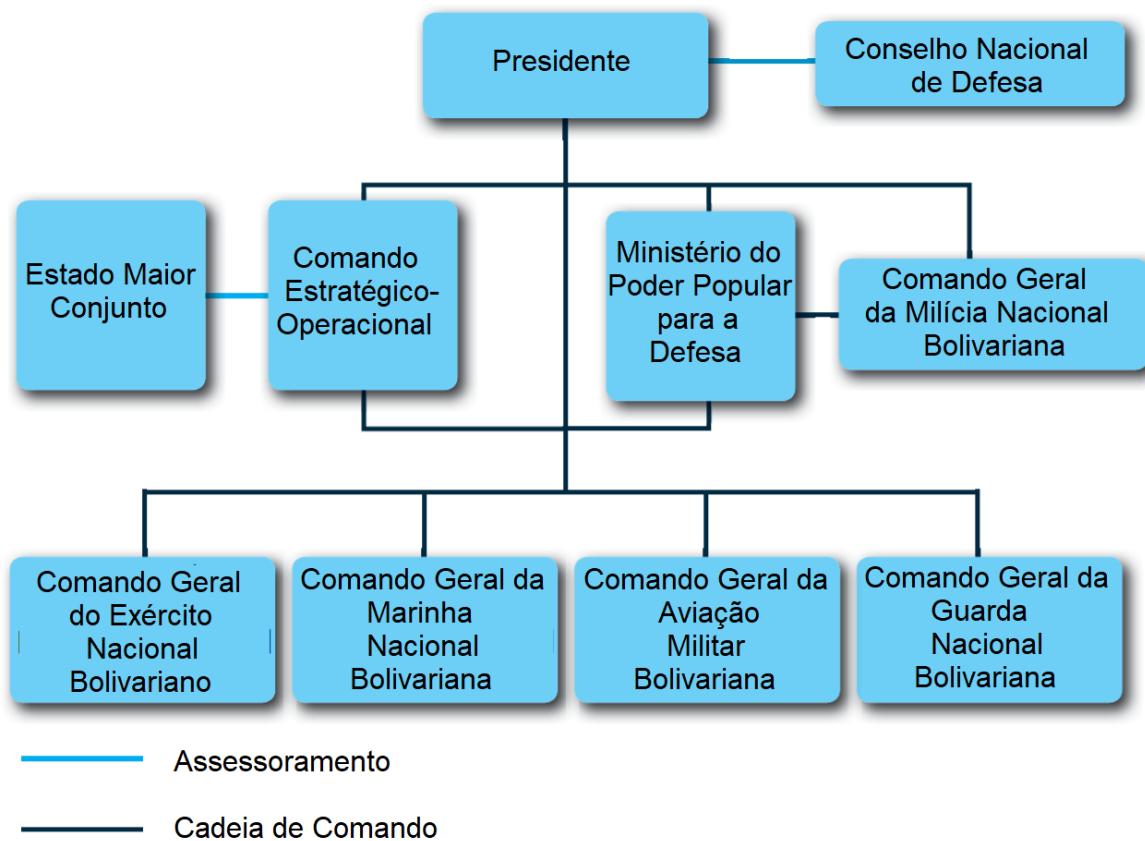


Figura 10 – Organograma geral da FANB, em 2006. Fonte Control Ciudadano

A mesma lei buscou substituir a histórica influência doutrinária norte-americana pela importação da doutrina cubana, na concepção das Regiões Estratégicas de Defesa Integral (REDI), áreas geográficas onde os comandantes – escolhidos pessoalmente pelo Presidente – detêm a autoridade militar total e, principalmente, o controle sobre as armas e munições ali existentes. Segundo o Control Ciudadano (2016):

“[...] persistem dualidades entre as funções dos componentes da Força Armada Nacional, seus comandos operativos e a função que desempenham a CEOFANB e as Regiões Estratégicas de Defesa Integral. Coexistindo na prática dois modelos. O modelo tradicional de funcionamento operativo da Força Armada Nacional através de seus componentes e o modelo cubano que impôs uma regionalização operativa que claramente tem encontrado resistências em sua implementação e está se mostrando ineficaz ao fim de garantir a soberania e integridade territorial da Nação”⁵⁴

⁵⁴ “persisten dualidades entre las funciones de los componentes de la Fuerza Armada Nacional, sus comandos operativos y el rol que desempeñan el CEOFANB y las Regiones Estratégicas de Defensa Integral. Coexistiendo en la práctica dos modelos. El modelo tradicional de funcionamiento operativo

A nova organização gerou uma complexa sobreposição de atribuições e responsabilidades e uma cadeia de comando confusa, em que o nível tático podia, para uma mesma operação, receber ordens do presidente, de um seu preposto, do CEOFAN ou do comando da REDI. Com essas alterações, a única certeza da tropa era que no topo da cadeia de comando estava o Presidente; todas as demais relações de subordinação ficaram confusas e fragilizadas, conforme atestou o General García (hoje na reserva e na oposição ao governo): “You have a general in chief [no CEOFANB] and an admiral in chief [no Ministério da Defesa]. Which one are you supposed to obey?”⁵⁵ (Apud. ELLSWORTH e ARMAS, 2019)

Chegadas as eleições de 2006, a oposição alegou que não havia isenção por parte da justiça eleitoral e abandonou o pleito, convocando a população à abstenção para deslegitimar a inevitável vitória do governo. Em consequência, Chávez se reelegeu⁵⁶ com facilidade e ainda obteve ampla maioria na Assembleia para seu terceiro mandato.

4.3. Terceiro mandato de Chávez: as Forças Armadas a serviço do presidente

de la Fuerza Armada Nacional a través de sus componentes y el modelo cubano que ha impuesto una regionalización operativa que claramente ha encontrado resistencias en su implementación y está resultando ineficaz a los fines de garantizar la soberanía e integridade territorial de la Nación.”(tradução nossa)

⁵⁵ “Você tem um general em chefe e um almirante em chefe. A qual deles você deve obedecer?”(tradução nossa)

⁵⁶ Segundo o Tribunal Eleitoral Chávez obteve 62,84% do eleitorado (74,70% dos votos em participação de 46,94%)



Figura 11 – *El Comandante* fala para sua tropa. Fonte: psuv.org.ve

Hugo Chávez iniciou seu terceiro mandato visando aprofundar sua Revolução Bolivariana na busca do *'socialismo del siglo XXI'*. Caracterizando a guinada à esquerda, ele declarou o imperialismo e o capitalismo dos EUA como inimigo número 1 da Venezuela e apontou a necessidade de resistir à guerra ideológica norte-americana. Chávez também forçou a reunião dos partidos de esquerda na sigla PSUV (Partido Socialista Unido de Venezuela), diretamente sob sua liderança política. No discurso de posse o presidente “[...] juró que desmontaría ‘el Estado burgués’ y recuperaría para el ‘Estado socialista del siglo XXI’ toda ‘la industria estratégica’, especialmente la eléctrica, telefónica y petrolera”.(apud. EL PAIS, 2007) e divulgou seu novo bordão: “*Pátria, socialismo o muerte*”(ibid.), que foi imposto (e rapidamente incorporado) como grito de guerra da FAN.

Críticos alegaram que isso constituía politização partidária das Forças Armadas, questionando se as Forças estariam comprometidas com a defesa da Nação ou com a defesa do governo. De forma similar, discursos públicos de autoridades políticas e militares, apontando que as Forças Armadas estavam comprometidas em salvaguardar a Revolução Bolivariana também deram origem a controvérsias significativas. Contra elas, o Chefe do Estado Maior Militar Presidencial apresentou a seguinte justificativa:

“[...] a Força Armada Nacional ‘sempre esteve politizada’ e obedecendo ao partido político que ocupa o governo, de modo que a

ordem unicamente torna público algo que no passado se fez 'subrepticamente' [...]”⁵⁷(*ibid.*)

Confrontado com a vedação constitucional à militância política e à subordinação partidária na FAN, um oficial general asseverou que a Carta Magna poderia ser reformada nesse aspecto, uma vez que a mesma sempre deve expressar “*los deseos de quien está en el poder*”(*ibid.*). No mesmo diapasão, um integrante do Alto Comando exortou os militares a não ter “*pena de decir que siguen la filosofía política del Gobierno*”(*ibid.*). Outras declarações de autoridades militares de alto escalão seguiram no mesmo sentido, apoiando-se nas ideias de que às Forças Armadas cabe abraçar a política do governo de plantão e que a vontade do governo e o interesse do Estado são sempre a mesma coisa⁵⁸.

Acentuando ainda mais o tom personalista do governo, Chávez – agora tratado na FAN como ‘*el comandante*’ – propôs a reeleição indefinida, mas apenas para o cargo de presidente. Segundo ele “*es la soberanía popular la que debe decidir cuánto tiempo debe estar su representado representándolo*” (*apud.* ALONSO, 2007). Para por sua proposta em marcha ele apresentou à Assembleia, em 2007, uma ampla reforma⁵⁹ da Constituição, que estendia o mandato presidencial para 7 anos, sem limites de reeleição, e que previa a substituição do modelo capitalista pelo socialista.

Sobre o impacto da proposta na FAN, comparemos a constituição de 1999 e a proposta de alteração dos artigos 328 e 236:

⁵⁷ “la Fuerza Armada Nacional ‘siempre ha estado politizada’ y obedecido al partido político que ocupa el Gobierno, por lo que la orden únicamente hace público algo que en el pasado se hizo ‘subrepticamente.’ (tradução nossa)

⁵⁸ Ambos os argumentos foram tratados e refutados no capítulo II (O Estado, o governo e as Forças Armadas).

⁵⁹ Segundo Irwin e Castillo (2008), a reforma propunha alterações em 69 artigos (20% da Carta). Ressaltam-se: administração das reservas financeiras internacionais diretamente pelo presidente; redução do quórum na assembleia para remover juízes de máxima instância; enrijecimento dos estados de exceção; divisão das cidades em unidades sociais (comunidades e comunas); redução das garantias do Estado para propriedades privadas; redução da jornada de trabalho; aumento do quórum mínimo para convocar referendo revogatório; autonomia do Presidente para, em caso de necessidade de intervenção, decretar Regiões Estratégicas de Defesa e nomear as respectivas autoridades; instituição de um 4º Poder (Popular); e incorporação das ‘misiones’ à administração pública.

CONSTITUIÇÃO DE 1999	PROPOSTA DE CHÁVEZ (2007)
<p>“Artigo 328. A Força Armada Nacional constitui uma instituição essencialmente profissional, <u>sem militância política</u>, organizada pelo Estado para garantir a independência e soberania da Nação e assegurar a integridade do espaço geográfico, por meio da defesa militar, da cooperação na manutenção da ordem interna e da participação ativa no desenvolvimento nacional [...]</p> <p>[...] <u>está a serviço exclusivo da Nação e nunca de pessoas ou partidos políticos</u> [...]</p>	<p>“Artigo 328: A Força Armada Bolivariana constitui um corpo essencialmente patriótico, popular e anti-imperialista. [...] será organizada pelo Estado para garantir a independência e soberania da Nação, defendê-la de qualquer ataque externo ou interno e assegurar a integridade do espaço geográfico mediante o estudo, planejamento e execução da doutrina militar bolivariana, dos princípios da defesa integral e da guerra popular de resistência, da cooperação em tarefas de manutenção da seguridade cidadã e da ordem interna, bem como a participação ativa em planos para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da Nação, de acordo com esta Constituição e a lei. No cumprimento de sua função <u>estará sempre a serviço do povo venezuelano</u>, em defesa de seus sagrados interesses e em nenhum caso a serviço de oligarquias ou poder imperial estrangeiro. Seus pilares fundamentais são esta constituição e as leis, assim como a disciplina, a obediência e a subordinação. Seus pilares históricos estão no mandato de Bolívar: ‘libertar a pátria, empunhar a espada na defesa das garantias sociais e merecer as bençãos do povo.’”⁶⁰ (IRWIN e CASTILLO, 2008)(grifos nossos)</p>
Artigo 236: São atribuições e obrigações	Artigo 236: São atribuições e obrigações do

⁶⁰ “La Fuerza Armada Bolivariana constitui un cuerpo esencialmente patriótico, popular e antiimperialista. [...] será organizada por el Estado para garantizar la independencia y soberanía de la Nación, defenderla de cualquier ataque externo o interno y asegurar la integridad del espacio geográfico mediante el estudio, planificación y ejecución de la doctrina militar bolivariana, la aplicación de los principios de la defensa integral y la guerra popular de resistencia, la cooperación en tareas de mantenimiento de la seguridad ciudadana y del orden interno, así como la participación activa en planes para el desarrollo económico, social, científico y tecnológico de la Nación, de acuerdo con esta constitución y la ley. En el cumplimiento de su función, estará siempre al servicio del pueblo venezolano en defensa de sus sagrados intereses y en ningún caso al de oligarquía alguna o poder imperial extranjero. Sus pilares fundamentales son esta Constitución y las leyes, así como la disciplina, la obediencia y la subordinación. Sus pilares históricos están en el mandato de Bolívar: ‘Libertar a la patria, empuñar la espada en defensa de las garantías sociales y merecer las bendiciones del pueblo.’”(tradução nossa)

CONSTITUIÇÃO DE 1999	PROPOSTA DE CHÁVEZ (2007)
do Presidente da República: [...] <p>5. Dirigir a Força Armada Nacional na situação de Comandante em Chefe, exercendo a suprema autoridade hierárquica sobre ela e fixar seu efetivo.</p> [...] <p>8. Exercer o comando supremo da Força Armada Nacional, promover seus oficiais, a partir do posto de coronel e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.</p> [...]	Presidente da República: [...] <p>7. Comandar a Força Armada Bolivariana na situação de Comandante em Chefe, exercendo a suprema autoridade hierárquica em todo os seus corpos, componentes e unidades, bem como fixar seu efetivo.</p> <p>8. Promover os oficiais da Força Armada Bolivariana em todos os postos e designá-los para cargos e funções.”⁶¹</p> [...] <p>(<i>Ibid.</i>)</p>

A proposta vinculava de vez a FAN ao projeto de governo bolivariano, autorizava seu uso político, retirava todas as amarras que impediam a politização e partidarização dos militares e ainda dava ao Presidente amplos poderes sobre a carreira de todos os oficiais, comprometendo a meritocracia. No conjunto, *el Comandante* ganharia capacidade para submeter tanto a Força Armada quanto cada um de seus membros às suas vontades:

“[...] parecia que a reforma constitucional de 2007 fora [...] destinada a estabelecer as bases constitucionais para uma ‘força armada personalista’, fiel a uma pessoa e não à instituição presidencial”⁶²(*ibid.*)

As mudanças sugeridas foram rapidamente aprovadas pela Assembleia Nacional (que devido ao boicote da oposição, contava com 100% de governistas) e encaminhadas para referendo popular ainda em 2007. Entretanto, apesar de ainda ser muito popular entre os trabalhadores que o haviam projetado ao poder quase uma década antes, os eleitores rejeitaram todas as alterações propostas por

⁶¹ “Son atribuciones y obligaciones del Presidente de La República: [...] 7. comandar la Fuerza Armada Bolivariana en su carácter de Comandante en Jefe, ejerciendo la suprema autoridad jerárquica en todos sus cuerpos, componentes y unidades, así como fijar su contingente. 8. Promover a los y las oficiales de la Fuerza Armada Bolivariana en todos sus grados y jerarquías y designarlos o designarlas para los cargos y funciones correspondientes.”(tradução nossa)

⁶² “[...] pareciera que la reforma constitucional 2007 fuera una [...] destinada a colocar las bases constitucionales para una <<fuerza armada personalista>>, fiel a una persona y no a la institución presidencial.”(tradução nossa)

Chávez. Questionado sobre a derrota na consulta popular, ele respondeu que: “*Para mí no es ninguna derrota. Para mí es otro ‘por ahora’*”.

Chávez reconheceu que: “*Quizás no estamos maduros para empezar un proyecto socialista, sin temores. No estamos listos todavía para emprender un Gobierno abiertamente socialista.*”⁶³ (Apud. ABN, 2007). Entretanto, não abriu mão de seu projeto: “sepan que no retiro ni una sola coma de esta propuesta [...] Esta propuesta sigue viva, no está muerta” (BILBAO, 2012). De fato, grande parte das propostas rechaçadas pela população no referendo foram paulatinamente impostas por Chávez por meio da Lei Habilitante.

Chávez percebeu, com essa primeira e inesperada derrota nas urnas, que não detinha o total controle do país. Surpreso, buscou orientação junto a Fidel Castro, que se mantinha firmemente no poder por décadas em Cuba e onde os militares controlam tudo – da segurança a setores chave da economia. Segundo Berwick (2019), a orientação de Fidel foi “*garantizar total control sobre los militares*”. A fim de apoiar Chávez nesse objetivo, em 2008 foram assinados acordos entre os países, em que Cuba, em troca de petróleo barato, forneceria assessoramento militar à Venezuela, contando para isso com profundo acesso à estrutura das Forças Armadas e ampla liberdade para atuar sobre o pessoal fardado.

Os cubanos receberam autorização para “descobrir e confrontar trabalho subversivo do inimigo [...] supervisionar a ‘assimilação’ e ‘modernização’ militar da Venezuela”⁶⁴ (*ibid.*). Na prática, ficava acordado que Cuba iria:

“- Treinar militares na Venezuela; reorganizar setores da estrutura militar venezuelana; treinar agentes de inteligência em Havana; e reorientar a missão do serviço de inteligência da FAN de buscar dados sobre o inimigo para vigiar seus próprios soldados, oficiais e mesmo altos comandantes.”⁶⁵ (*ibid.*)

⁶³ “Talvez não estejamos maduros para começar um projeto socialista sem temores. Não estamos prontos ainda para empreender um governo abertamente socialista.”(tradução nossa)

⁶⁴ “discover and confront the subversive work of the enemy [...] oversee the ‘assimilation’ and ‘modernization’ of Venezuela’s military.” (tradução nossa)

⁶⁵ “- Train soldiers in Venezuela; - Review and restructure parts of the Venezuelan military; - Train Venezuelan intelligence agents in Havana; - And change the intelligence service’s mission from spying on foreign rivals to surveilling the country’s own soldiers, officers, and even senior commanders” (tradução nossa)

Sob a orientação de Cuba o serviço de inteligência das Forças Armadas foi reorganizado como '*Directoria General de Contrainteligencia Militar*' (DGCIM), cujo objetivo era manter estrita vigilância sobre os militares, instilando medo e paranoia e reprimindo dissidentes.

Além de impor a submissão ao treinamento, controle e intimidação por parte de Cuba, Chávez – utilizando-se ainda da Lei habilitante – também alterou a LOFAN, introduzindo algumas das propostas não aprovadas no referendo recém realizado. Nesse sentido, chamam a atenção a alteração do nome da FAN para Força Armada Nacional Bolivariana⁶⁶ (FANB) e a criação da Milícia Nacional Bolivariana (força auxiliar ligada diretamente ao presidente), constituída com o pessoal da reserva da FANB.

Chama a atenção ainda, pelo caráter populista e pernicioso à hierarquia interna da Força, a alteração do status do quadro de '*Suboficiales Técnicos*' para '*Oficiales de Comando*'. Assim, após atender a um curso de três meses sobre matérias como "Ética y moral socialista", "Nuevo Estado venezolano" e "Guerra Popular de Resistencia", quase 2.000 praças ascenderam imediatamente ao oficialato, com paridade de postos baseada unicamente na equivalência de tempo de serviço. Foram promovidos diretamente a postos entre Tenente e General de Brigada, ultrapassando oficiais de carreira a quem, por vezes, estavam anteriormente subordinados (OLIVARES, 2017). Esses novos oficiais com certeza contraíram uma dívida de gratidão com *el Comandante*.

Para além das alterações impostas na LOFAN (LOFANB agora), Chávez manteve os expurgos (desde 2001 foram ao menos 980 oficiais expulsos sob acusações que iam até 'traição à Pátria' (OLIVARES, 2017), incrementou o orçamento, concedeu aumentos de soldo de até 50% ao ano (bem superiores aos ganhos dos civis) e abriu linhas de crédito específicas para os militares. Os oficiais partidários continuaram avançando rápido na carreira e recebendo o encargo e as benesses de assumir agências governamentais e empresas estatais enquanto a tropa permaneceu sujeita ao emprego em atividades distantes da aplicação militar.

⁶⁶ O Exército, a Marinha e a Aeronáutica também incorporaram o termo "Bolivariano" a seus nomes oficiais.

A pregação ideológica desde os bancos escolares e a retórica do inimigo real, declarado e poderoso alcançou o condão de aglutinar os militares na defesa da Revolução Bolivariana e norteou uma nova doutrina:

“Com respeito a chamada nova doutrina militar bolivariana, esta enfoca o país como um ‘cenário de conflito’ sujeito a uma ‘ação direta do império’ (Estados Unidos), ou seja, um inimigo ideológico do regime político que ostenta o poder.”⁶⁷(CONTROL CIUDADANO, 2016)

Para os que não comungassem dos valores do *Comandante*, o patrulhamento ideológico prosseguia, não apenas por parte do governo, mas também - demonstrando a eficiência da doutrinação cubana – partindo de dentro da própria tropa:

"Na FAN (sic) se estabeleceu um serviço de inteligência muito eficiente. Um oficial não se atreve a fazer um comentário negativo porque não sabe se algum companheiro está comprometido com o regime e irá informar sobre o que disse”⁶⁸ (CHIRINOS, 2007).

O alinhamento com Cuba ganhou ainda mais valor quando Chávez, vitimado por um câncer, optou por fazer seu tratamento na ilha. Enquanto isso, na Venezuela, os cubanos trabalhavam diretamente no desenvolvimento da concepção estratégica de defesa do país, situação que incomodava a vários militares, conforme denúncia do Gen Bda Antonio Rivero Gonzalez, que expunha a “*presencia e intromisión de militares cubanos*” na FANB e a “*impartición de elementos doctrinarios militares a niveles de comando y Estado Mayor*” (Apuđ. CONTRÓL CIUDADANO, 2016).

Em que pesasse o preço ainda elevado do petróleo, em 2012 uma crise econômica batia às portas da Venezuela. A PDVSA, motor do Estado, via seus lucros decrescerem pela incompetência dos gestores nomeados por Chávez desde 2002; a infraestrutura mostrava sinais de deterioração pela falta de investimentos, já que os recursos haviam sido direcionados para iniciativas populistas como as *misiones*; o setor elétrico, trabalhando no limite, não dava conta da demanda energética e os apagões começavam a se tornar corriqueiros; a inflação crescente

⁶⁷ “Con respecto a la llamada nueva doctrina militar bolivariana, ésta enfoca al país como un “escenario de conflicto” sujeto a una “acción directa del imperio” (Estados Unidos), es decir, a un enemigo ideológico del régimen político que ostenta el poder.”(tradução nossa)

⁶⁸ “En las FAN se ha establecido un servicio de inteligencia muy eficiente. Un oficial no se atreve a hacer un comentario negativo porque no sabe si el compañero está comprometido con el régimen y va e informa sobre lo que ha dicho.”(tradução nossa)

ensaiava sair de controle; o desabastecimento criado pelas desastradas tentativas do governo de tabelar rigidamente preços generalizava a fome e o aumento da pobreza fazia disparar a violência urbana.

Para a disputa presidencial de 2012 a situação do país indicava que, diferentemente dos pleitos anteriores, a vitória de Chávez não era garantida. Quanto a essa possibilidade, Olivares (2017) recorda quando o Ministro da Defesa asseverou que os militares “*no aceptarían un Gobierno de la oposición*” e, mais ainda, que “*la FANB no aceptaría un comandante que no fuera Hugo Chávez*”. Com essa declaração ficou claro que o processo havia se completado: a FANB não se encontrava mais a serviço da Nação, e nem mesmo do partido. Tratava-se, agora da força a serviço de um homem.

Para alívio dos integrantes mais radicais da FANB, o *Comandante* venceu as eleições presidenciais⁶⁹ (marcadas pela alta abstenção), entretanto sua saúde se deteriorava rapidamente, o que o levou a selecionar, dentro dos quadros do PSUV, um substituto e nomeá-lo vice-presidente⁷⁰. Esse era Nicolás Maduro, que Chávez apresentou como seu sucessor, pedindo à população que o apoiasse em favor da Revolução Bolivariana.

4.4. Nicolás Maduro: um presidente a serviço das Forças Armadas

⁶⁹ Segundo o Tribunal Eleitoral Chávez obteve 44,36% do eleitorado (55,07% dos votos em participação de 80,56%)

⁷⁰ Não é um cargo eletivo na Venezuela.



Figura 12 - Ministro da Defesa e Nicolás Maduro em evento militar. Fonte: AFP.

Chávez não chegou a assumir, faleceu no início de 2013 e foi velado na Academia Militar, de onde pronunciara para a Nação muitos discursos ‘bolivarianistas’ ao longo dos 13 anos poder. O laço entre a FANB e seu *Comandante* não desapareceu com sua morte, conforme demonstrou o recém empossado Ministro da Defesa ao determinar a alteração do lema da Força para “*Chávez vive! La lucha sigue! Independencia y Patria socialista! Viviremos y venceremos*”. Maduro assumiu a presidência por direito após vencer – sob acusações de manipulação de resultados (FIGUEIREDO, 2018b) e por estreitíssima margem⁷¹ – as eleições extraordinárias convocadas para 2013.

A questão para Maduro agora era como conduzir o Chavismo sem Hugo Chávez. Nos últimos anos a Venezuela se mostrava polarizada na arena política, economicamente sufocada pelas deficiências de infraestrutura e pelos gastos populistas e sob crescente pobreza e tensão social. Para controlar a situação do país Chávez tirava proveito dos elevados preços do petróleo, empenhava seu carisma e tino político e controlava rigidamente a FANB. Infelizmente, Maduro carecia tanto do carisma quanto do tino político de Chávez e – para seu azar – os

⁷¹ 50,61% dos votos contra 49,12% de seu opositor, em uma eleição com 79,68% de participação eleitoral

preços do petróleo começaram a despencar quando ele assumiu o governo. Sobrou-lhe a opção de buscar o apoio da Força Armada.

Sozinho, Maduro não preenchia o estereótipo de homem forte que Chávez trouxera de volta ao cenário político e, qualquer sinal de instabilidade poderia por sua cabeça a prêmio. Não sendo soldado de formação, faltava-lhe tanto o laço afetivo que facilitava o trato com os militares quanto a autoridade moral que mantinha a FANB estritamente sob as ordens de seu *Comandante*. Seria necessário conquistar e manter – a todo custo – a lealdade dos militares, tanto mais intensamente quanto mais a situação política, econômica ou social do país se deteriorasse.



Figura 13 – Maduro, acompanhado por militares, homenageia Chávez. Fonte: info7.mx.

Isso impunha admitir uma tal simbiose entre seu governo e a Força Armada que o presidente poderia se tornar apenas a face civil de um governo militar. Disposto a aceitar esse risco, Maduro pôs as mãos à obra: invocou um culto quase religioso à figura do *Comandante*, e se declarou absoluta e intransigentemente leal aos ideais chavistas. Não esqueceu de deixar sempre claro que o próprio Hugo Chávez o havia escolhido para apontar os caminhos da Revolução Bolivariana na busca do ‘*Socialismo del siglo XXI*’.

Sob esse arcabouço, desobedecer a Maduro equivalia a trair o *Comandante* e a sujeitar a Revolução Bolivariana ao inimigo imperialista. Reforçando a ideia para o povo, ele designou o dia normalmente destinado à realização das eleições municipais no país (08 de dezembro) como sendo o '*Día de la Lealtad y el amor por el comandante Hugo Chávez*'.

Junto à FANB o presidente reforçou a retórica do inimigo poderoso, incentivou o Chavismo e a necessidade de lealdade ao 'Comandante Supremo'⁷². Nas suas próprias palavras: "*Cuando tenemos una Fuerza Armada que se asume bolivariana, revolucionaria, patriota, socialista, antiimperialista y chavista eso significa mucho*" (CONTROL CIUDADANO, 2013). Nos altos escalões esse ideário foi ecoado pelo Inspetor Geral do Exército: "*La Fuerza Armada es Bolivariana, Revolucionaria, Socialista, Popular, Antiimperialista y ahora más que nunca chavista*"(Ibid.).

A mesma tônica era repetida em paradas militares: "*[desfilan] combatentes socialistas, revolucionarios, antimperialistas e profundamente chavistas [...]*"⁷³(CUBA DEBATE, 2014); em ordens do Comandante Estratégico-Operacional: "*[...] soldados, cá estamos para garantizar que sua voluntad [de Chávez] se transforme en realidad.*" (CONTROL CIUDADANO, 2013); e em solenidades presididas pelo Ministro da Defesa:

"Estes oficiais que hoje se graduam são a semente que plantou o Comandante Supremo da revolução, Hugo Chávez, e que, hoje em dia, continua regando o Comandante em Chefe e Presidente da república, Nicolás Maduro [... e eles] continuarão dando o melhor de si para preservar a instituição, a Pátria e a Revolução Bolivariana."⁷⁴⁷⁵(Ibid.)

O discurso personalista, repetido diuturnamente nos quartéis e nas escolas de formação, as onipresentes imagens e citações a Chávez, a outorga do título de

⁷² Atualmente Hugo Chávez encabeça o organograma da FANB, na posição honorífica de Comandante Supremo, logo abaixo dele está o presidente da República, como Comandante em Chefe

⁷³ "10.260 combatientes socialistas, revolucionarios, antiimperialistas y profundamente chavistas, 570 sistemas de armas y 35 aeronaves, todas adquiridas y repotenciadas en revolución por la visión del máximo líder"

⁷⁴ "Estos oficiales que hoy se gradúan son la semilla que sembró el comandante supremo de la Revolución, Hugo Chávez, y que hoy en día continua regando el comandante en jefe y presidente de la República, Nicolás Maduro [... estos nuevos oficiales] continuarán dando lo mejor de cada uno de ellos para preservar la institución, la Patria y la Revolución Bolivariana". (tradução nossa)

⁷⁵ Discurso na graduação da turma de 2013 na Academia Militar

Comandante Supremo, a retórica de sua luta contra o inimigo imperialista, os benefícios que ele trouxe aos militares e sua morte precoce, de fato levaram boa parte da tropa a uma quase idolatria pelo *Comandante* e seu ideal revolucionário.

Para comprovar que a Revolução Bolivariana seguia o curso que Chávez propusera, Maduro, ainda no início de seu governo, lançou o '*Plan Patria Segura 2013*', que inspirado no *Plan Bolívar 2000*, trazia o mote desse para a área de segurança pública. Entretanto, a constituição de 1999, apesar de extremamente liberal no emprego da tropa na *alianza cívico-militar*, estabelece especificamente que "*Los órganos de seguridad ciudadana son de carácter civil*" e estabelece como responsáveis pela segurança as polícias, bombeiros e a defesa civil. Essa barreira constitucional (que não havia nas várias outras áreas assumidas pelos militares) associada ao temor do uso arbitrário do poder policial pela FANB gerou diversas críticas e acusações de 'militarização' da área de segurança.

Ainda em maio de 2013 Zamorano destacou:

"Os venezuelanos sofrem estes dias de três grandes problemas: apagões, insegurança e a combinação de desabastecimento dos mercados com inflação. A resposta do governo de Nicolás Maduro parece ser a mesma: militarizar a questão.

Depois de encarregar os fardados da proteção do sistema elétrico e dar aos problemas dos mercados o tratamento de 'guerra econômica', esta terça-feira passou a lhes caber [o problema d]a insegurança."⁷⁶

Maduro, por sua vez, colocou a atuação da FANB nos seguintes termos:

"O exército de libertadores, o exército de Chávez já não vai sair [às ruas] como em 27 de fevereiro [data do *Caracazo*], quando a burguesia lhe mandou massacrar [...] o povo da Venezuela; agora vai sair para protegê-lo."⁷⁷ (*ibid.*)(grifo nosso)

A partir de 2013 sanções econômicas aplicadas pelos Estados Unidos, aliadas a soma das mazelas acumuladas ao longo de décadas na Venezuela levaram os

⁷⁶ "Los venezolanos sufren estos días tres grandes problemas: apagones, inseguridad y el combo del desabastecimiento de mercados e inflación. La respuesta del gobierno de Nicolás Maduro parece la misma: militarizar la cuestión. Después de encargar a los uniformados la protección del sistema eléctrico y darle a los problemas en los mercados el tratamiento de "guerra económica", este lunes le tocó el turno a la inseguridad."(tradução nossa)

⁷⁷ "El Ejército de libertadores, el Ejército de Chávez ya no va a salir como el 27 de febrero, cuando la burguesía lo mandó a masacrar a Guarenas y a Guatire y al pueblo de Venezuela; ahora va a salir a protegerlo"(tradução nossa)

indicadores sócio-econômicos a entrar em queda livre. As incompetentes intervenções do governo na economia, os baixos preços do petróleo, o custo das políticas populistas e da permanente corrupção, o colapso da infraestrutura, a queda da capacidade produtiva da PDVSA⁷⁸ e uma galopante espiral inflacionária, tudo isso levou à brutal queda do PIB, arrastando o povo para a miséria. A inexistência de uma oposição articulada roubou das pessoas a capacidade de se contrapor politicamente ao governo, restando-lhes como opções abandonar o país ou derrubar o presidente.

Maduro jamais se opôs a que descontentes deixassem o país, mas estava decidido a não se deixar depor por um golpe. Caso a situação chegasse ao extremo de nacionais lutando nas ruas uns contra os outros, o lado vencedor seria aquele em que estivessem a maior parcela de poder político-econômico e – principalmente – de armas. Uma vez que a FANB já detém a posse da maioria das armas⁷⁹, Maduro se lançou a ampliar a já expressiva parcela dos poderes econômico e político nas mãos dos militares, levando-os a se comprometer com a manutenção do *status quo*.

Assim, de um lado Maduro não poupou recursos para comprar o apoio da caserna e, de outro, não gastou energia para se contrapor aos desmandos dos militares. As possíveis vozes dissonantes dentro da FANB foram caladas por meio da intimidação conduzida pelas áreas de inteligência sob coordenação de oficiais cubanos e pelo emprego do dispositivo constitucional que lhe dava o condão de acelerar ou estancar o prosseguimento na carreira de todos os militares.

⁷⁸ Ainda na época de Chávez, a produção petroleira alcançava 3 milhões de barris diários, tendo declinado para no máximo 1,2 milhão dos quais apenas 400 mil podem ser exportados. (O GLOBO, 2018b)

⁷⁹ Cabe salientar que os militares procuram garantir que o armamento da Milícia fique estocado dentro de quartéis, como forma de controlar o poder dessa instituição que, por concepção, se vincula diretamente ao Presidente.

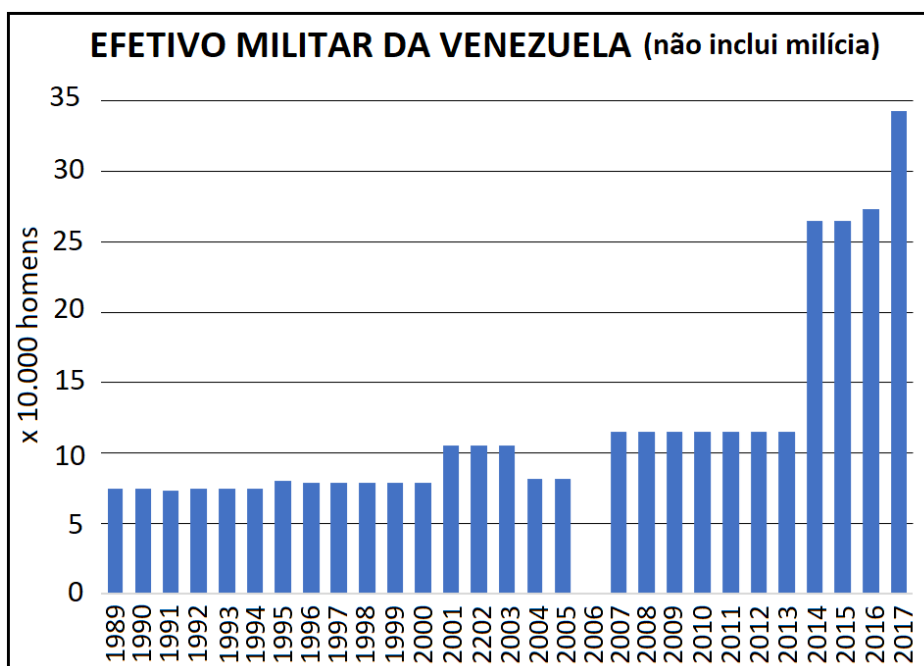


Figura 14 – Efetivo Militar da Venezuela (excluída a Milícia). Fonte: Control Ciudadano

Enquanto o país mergulhava na recessão⁸⁰ e miséria, Maduro elevou o efetivo da FANB de 194.744 para 365.315 homens, concedeu aumentos reais de soldos e de orçamento e ampliou as linhas de financiamento exclusivas para militares adquirirem veículo e casa própria. A Milícia não foi esquecida: Maduro elevou o status da força e alegou, segundo o Estado de S. Paulo (2018), ter mais que quadruplicado seu efetivo, atingindo 1,6 milhões de integrantes⁸¹, os quais garantiu que serão “armados até os dentes” (*ibid.*).

⁸⁰ O PIB caiu praticamente à metade

⁸¹ Embora o efetivo da Milícia tenha sido ampliado, o número é considerado inflado pela maioria dos analistas.

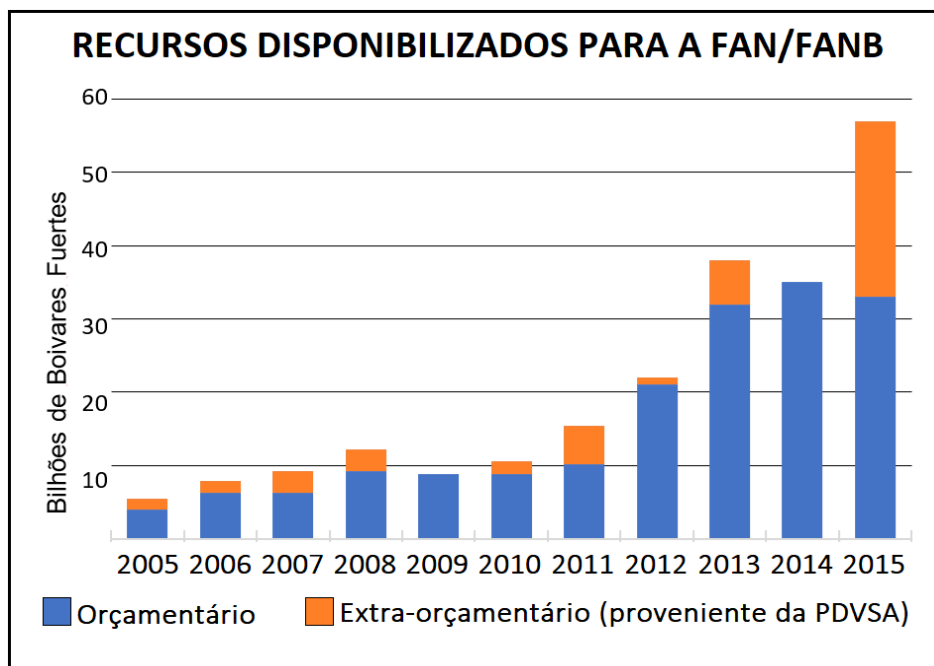


Figura 15 – Orçamento militar da Venezuela (2005 – 2015). Fonte: Banco Mundial

As promoções de simpatizantes atingiram um ritmo frenético, o que aumentou em mais de 10 vezes o efetivo de oficiais no generalato, alcançando-se, segundo Feitosa (2015), a cifra de 1875 oficiais gerais no país. Aproveitando o excesso de contingente gerado nos altos escalões, Maduro aumentou expressivamente a participação militar nos ministérios, estatais, agências governamentais e representações diplomáticas, funções que agregam vantagens e benefícios ao soldo. Em cerca de 5 anos de mandato Maduro ultrapassou a cifra de 1246 militares no governo, alcançada por Chávez ao longo de seus 13 anos de presidência (*ibid.*), abraçando de vez o militarismo.

Segundo o Control Ciudadano, em 2018 43% dos ministérios estavam nas mãos de militares (14 de 32 ministros), incluindo pastas importantes como Defesa, Interior, Petróleo, Agricultura e Energia; para fins de comparação, sob a presidência de Chávez a cifra de militares no primeiro escalão do governo jamais ultrapassou 25%. Nas estatais, encontravam-se sob administração militar a produção e distribuição de petróleo e derivados (PDVSA), de energia (CORPOELEC) e de alimentos (PDVAL) – três insumos críticos para o país.

Na área propriamente militar, a fim de limitar a capacidade de agregação de seguidores por lideranças contrárias ao sistema que pudessem surgir na FANB,

Maduro, sob orientação de assessores cubanos, ampliou a fragmentação do comando estabelecida por Chávez, ativando novos comandos regionais e estruturas a eles subordinados, tudo sob responsabilidade de inúmeros e agradecidos oficiais gerais recém promovidos. Além disso, sob alegação do Ministro da Defesa de que era necessário acelerar o desenvolvimento econômico da FANB, Maduro concedeu o estabelecimento de uma zona econômica militar,

“sob a qual a Força Armada Nacional criou empresas de diferentes finalidades as quais, em sua maioria, não estão relacionadas com a indústria militar, mas sim com o comércio e a indústria em geral: banco, transporte, desenvolvimento agropecuário, construção civil, petróleo, mineração, televisão, comunicações, engarrafamento de água, montagem de veículos entre outras”⁸²(CONTROL CIUDADANO, 2016).

São atividades que tendem a gerar fluxo financeiro no interior da FANB, sob mecanismos de controle e transparência limitados, o que contribui para a criação de um ambiente favorável ao enriquecimento ilícito nos níveis de maior hierarquia.

Para a tropa, no entanto, a situação não tem sido tão favorável. Militares de baixa patente se veem empregados de forma permanente e rotineira em favor da base eleitoral chavista, atuando na substituição de setores que entraram em colapso, como ‘quebra galho’ ou ‘faz-tudo’ do governo. Troca de lâmpadas em postes, recolhimento de lixo, limpeza de ruas, controle de trânsito, venda e guarda de alimentos em quitandas ganharam o mesmo *status* de operações ofensivas ou defensivas. Empregada dessa forma, em substituição a eletricitistas, lixeiros, agricultores, vendedores e seguranças, os soldados profissionais deixam de ter identificação com a função militar e de encontrar estímulo na profissão que abraçaram.

⁸² “[...] en cuyo marco la Fuerza Armada Nacional ha creado empresas de distinta índole las cuales, en su mayoría, no están relacionadas con la industria militar, sino con el comercio y la industria en general: banca, transporte, desarrollo agropecuario, construcción civil, petróleo, minería, televisión, comunicaciones, embotellamiento de agua, ensamblaje de vehículos, entre otras”.(tradução nossa)



Figura 16 – Tropas venezuelanas recolhendo lixo na localidade de Táchira. Fonte: REUTERS

Não podendo contar com os ganhos extras oriundos de funções no governo ou de vantagens obtidas em função de posições de poder que ocupem, os militares de baixa patente tiveram seus vencimentos corroídos pela inflação galopante⁸³. Essa situação, aliada ao desencanto pela profissão, se contrapõe ao fervor patriótico na resistência ao inimigo imperialista. A tropa, imiscuída na política e desligada de seu vínculo com o Estado, percebeu que Maduro não é o *Comandante* Chávez e as deserções aumentaram bem como as trincas internas que levam militares a lutar contra militares em tentativas de golpe.

Após o severo agravamento das mazelas sociais e econômicas herdadas de Hugo Chávez, submetido aos baixos preços do petróleo e ao desmantelamento da PDVSA, sob severas sanções econômicas dos EUA, crivado de denúncias de corrupção e manipulação política, vendo 87% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza (FOLHA, 2017) e o PIB encolhendo mais de 13% em um ano, Maduro encarou o pleito de 2018 em posição desfavorável. Entretanto, demonstrando a enorme resiliência do Chavismo, ele venceu a votação e se manteve no poder com 31,20% da preferência dos eleitores cadastrados⁸⁴.

⁸³ A inflação superou a marca de 2.600% no ano de 2017.

⁸⁴ A abstenção bateu recorde, com 54% dos eleitores deixando de comparecer às urnas.

Segundo o jornal O Globo (2018a), a oposição denuncia que, mesmo esse pífio resultado foi obtido à custa de irregularidades, como a prisão dos principais adversários, o impedimento de unificação da oposição, a compra e o cerceamento da liberdade de voto e a manipulação de resultados.

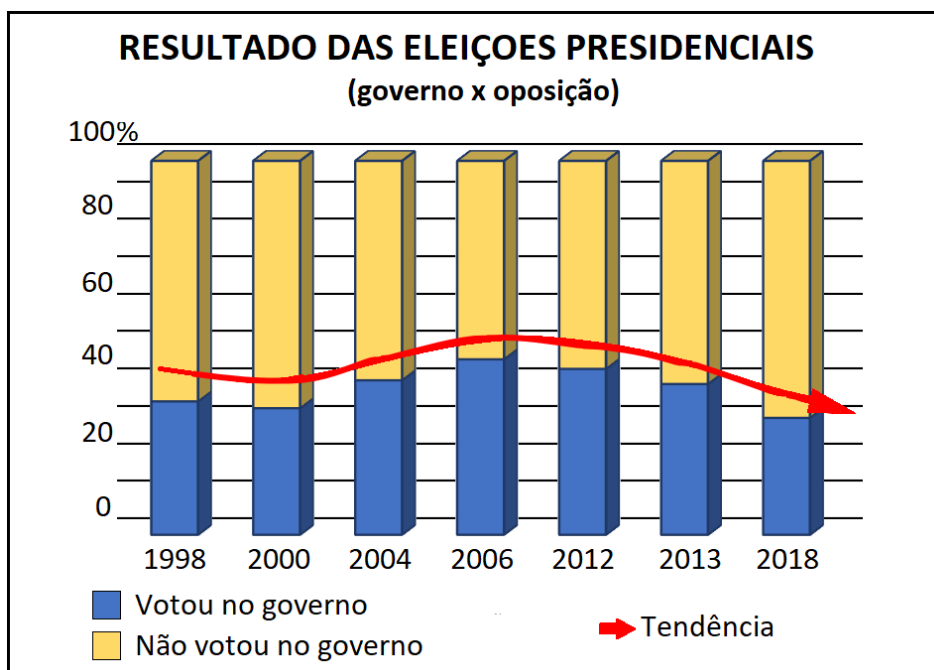


Figura 17 – Eleitores que votaram em Chávez e Maduro (adaptado do poder Eleitoral).

A análise dos resultados eleitorais desde 1998 indica que a onda do Chavismo, que emplacou 20 anos de governo, atravessa um momento de desaceleração e pode estar chegando ao final. Talvez tenha havido o descolamento entre os interesses do partido do governo e os objetivos do Estado. Chávez e Maduro perseguiram a Revolução Bolivariana e o *Socialismo del Siglo XXI* e conduziram o país a um ponto que com certeza não era objetivo do Estado da Venezuela: o povo na miséria e a economia e infraestrutura destruídas.

Hugo Chávez chegou ao poder de forma legítima e teve seu programa de governo referendado em 3 oportunidades (1998, 2004 e 2006). Em termos históricos, entretanto, vinte anos de Chavismo não indicam necessariamente uma modificação definitiva na ideologia do país. Isso fica claro quando se analisam os resultados de todas as eleições no período: após ter conquistado 44% do eleitorado, hoje ocorre uma tendência contrária à manutenção da Revolução Bolivarianista e o *'Patria, revolución o muerte'* cativa menos de um terço dos eleitores.

Em um país cuja Carta Magna declara nominalmente que o Estado é democrático, é possível que no futuro a maioria da população opte por novos ares, encerrando o tempo do presente partido e governo e abandonando a política partidária da Revolução Bolivariana. Mas, nesse caso, que caminho poderá tomar a Força Armada Nacional Bolivariana?

5. CONCLUSÃO

“É proibido fazer proselitismo político [nas Forças Armadas].”
Gen Ex Villas Bôas, antigo Comandante do Exército



Figura 18 - Os Dezoito do Forte: politização dos quartéis trouxe instabilidade política ao Brasil.
Fonte: O GLOBO

5.1. Forças Armadas e política

As forças Armadas são um dos sustentáculos do Estado, tanto no plano interno quanto na arena internacional. Se a guerra é a continuação da política por outros meios, os executores da guerra são, em última análise, agentes políticos. Para bem cumprir seu papel – no plano interno e na arena internacional – as Forças Armadas precisam acompanhar e entender o debate político. Por esse ponto de vista, é impossível dissociar as Forças Armadas da atuação política no governo, o que não significa que elas devam se tornar agentes políticos do governo: o compromisso é com o Estado.

A alta hierarquia precisa possuir uma formação política profunda para entender a melhor forma de abordar as matérias de defesa, como posicionar a Força Armada na relação com a sociedade e como conduzir o emprego do poder militar em favor dos interesses do Estado – e aqui, deve-se ressaltar: evitando de toda forma que o governo faça uso político de meios e pessoal e atividades militares para angariar votos. Segundo o ponto de vista de Borrero Mansilla (2019):

“O militar moderno não pode ser apenas um especialista técnico, desconhecendo as realidades políticas e sociais de seu entorno. É

necessário possuir elementos de crítica de sua própria prática profissional, que incluam um entendimento cabal da posição institucional que ocupa sua organização dentro do Estado, pois o Alto Comando e seu assessoramento não pode prescindir do complexo mundo das políticas públicas.”⁸⁵

O Alto Comando deve ser capaz de instrumentalizar o compromisso das Forças Armadas com o Estado por meio da política do governo – ou, em um pior cenário, apesar da política do governo. Isso impõe um grau de ação e interação política no mais alto nível das Forças Armadas, mas sem que haja, jamais, partidização. O Alto Comando não pode se deixar vincular à representação partidária de qualquer governo que esteja ocupando o poder: o proselitismo político é inaceitável em qualquer nível dentro das Forças Armadas.

Se a politização é inevitável no mais alto escalão, com vistas ao cumprimento das missões de Estado das Forças Armadas, ela não pode ser admitida sob nenhuma circunstância dentro dos quartéis. A discussão política agride a hierarquia e a disciplina e compromete o papel de guardião desinteressado da ordem constitucional que o militar deve apresentar, com reflexos na credibilidade perante a sociedade. Se os cidadãos armados se envolvem em política, sempre haverá a possibilidade da utilização do poder das armas para prevalecer em questão de governo.

5.2. A ação política sobre o poder militar

As Forças Armadas da Venezuela têm, desde o seu nascimento, se mantido como atores da arena política. Da declaração de independência até a ascensão de Hugo Chávez jamais houve um governo que investisse no controle subjetivo, profissionalizando os militares ao ponto de entenderem que seu compromisso com o Estado está acima dos partidos políticos e governos transitórios.

Mesmo durante a calma do Punto Fijo, o controle estabelecido foi absolutamente objetivo, instituindo-se um acordo de interesses do qual o Estado

⁸⁵ “El militar profesional contemporáneo no puede ser apenas un experto en cuestiones técnicas y un desconocedor de las realidades políticas y sociales de su entorno. Necesita elementos de crítica de su propia práctica profesional, que incluyan un entendimiento cabal del sitio institucional que ocupa su organización dentro del Estado, pues los mandos participan en procesos de toma de decisiones que no se pueden escindir del complejo mundo de las políticas públicas.”(tradução nossa)

ficou de fora: enquanto o Alto Comando recebesse orçamentos compatíveis e liberdade para conduzir as atividades militares, não haveria intervenção na política. O acordo, no entanto, não se estendeu aos quartéis, onde a discussão política dominava: o Tenente-Coronel Hugo Chávez, discordando dos termos ajustados entre os partidos e o Alto Comando das Forças Armadas, em 1989 lançou a Venezuela de volta no tempo das intervenções militares.

A tentativa de golpe expôs algumas mazelas das Forças Armadas de então:

- a. politização dos níveis mais baixos da hierarquia;
- b. falta de compromisso com a hierarquia e disciplina;
- c. deficiência na ação de comando sobre oficiais de níveis intermediários; e
- d. deficiência na estrutura de inteligência (interna).

Uma vez eleito, Chávez compreendeu que para consolidar seu poder político, mantendo o país alinhado à Revolução Bolivariana, seria necessário tomar o controle da instituição armada, fato observado pelo Control Ciudadano (2016):

“É evidente que Hugo Chávez, desde o momento em que concebeu seu projeto político, teve em mente aquele princípio marxista-leninista que reza: o primeiro mandamento de toda revolução triunfante, é dissolver o ‘velho exército’ e substituí-lo por um ‘exército popular’”⁸⁶.(tradução nossa)

Assim, tão logo alcançou o poder, Chávez começou a realizar a transformação das Forças Armadas e do país, empregando carisma pessoal e tino político. De forma geral, para os militares estabeleceu objetivos comuns com sua Revolução Bolivariana e interveio na doutrina, atuando em três áreas fundamentais: como atuar⁸⁷, como equipar e como organizar. Vejamos cada uma delas:

- a forma de atuar foi alterada por meio do rompimento da antiga aliança com os EUA, envio de oficiais para Cuba e alteração do currículo da Academia e escolas,

⁸⁶ “Es evidente que Hugo Chávez, desde el mismo momento en que concibió su proyecto político, tuvo en mente aquel principio marxista-leninista que reza: el primer mandamiento de toda revolución triunfante, es el disolver el ‘viejo ejército’ y sustituirlo por un ‘ejército popular’” (tradução nossa)

⁸⁷ Preferiu-se ‘forma de atuar’ à ‘forma de combater’ porque a FANB se vê submetida a atividades subsidiárias em detrimento de atividades operacionais de combate

vinculando a atuação ao viés ideológico e personalista, com reflexos na formação e ao desenvolvimento profissional;

- a forma de equipar foi impactada pela volumosa aquisição de material russo, criando vínculo com potências de orientação similar a da Revolução Bolivariana; e

- a forma de organizar foi alterada pela legislação, que reestruturou a defesa e concedeu novas prerrogativas ao presidente (definir efetivos e organização).

Sobre os militares, Chávez agiu nas esferas:

- afetiva, colocando-se como o continuador da obra do Libertador Simón Bolívar, estabelecendo forte vínculo de liderança;

- profissional, manobrando o poder que detinha sobre as promoções de forma a beneficiar, prejudicar, ou mesmo excluir os militares conforme seus interesses, estabelecendo um vínculo entre a Revolução Bolivariana e o sucesso na carreira;

- social, estabelecendo facilidades para as famílias, como aquisição de bens e casa própria a preços reduzidos e promovendo a elevação de *status* dos integrantes ao vinculá-los ao desenvolvimento do país promovido pela Revolução Bolivariana; e

- financeira, concedendo aumentos salariais acima da média e distribuindo importantes cargos na administração pública, nos quais os militares atuavam em favor da política do governo e engordavam ainda mais os vencimentos. Assim, vinculou os interesses pessoais à Revolução Bolivariana.

Na realidade do dia a dia, a partidização das Forças Armadas e a politização dos profissionais militares foi levada a cabo por meio das seguintes ações:

- a. controle da carreira dos militares, com benesses e promoções rápidas para os apoiadores e ostracismo profissional para os detratores do partido;

- b. patrulhamento ideológico com a introdução de elementos de inteligência de Cuba na Força;

- c. expurgo daqueles que não eram favoráveis ao partido do governo;

- d. criação de paranoia interna e intimidação;

- e. valorização financeira para militares em atividades do governo;

- f. equivalência profissional entre atividades propriamente militares e atividades diversas, de interesse do governo;
- g. concessão do controle de grandes orçamentos do governo;
- h. estabelecimento de sistemas de controle orçamentário financeiros débeis;
- i. aumento desmedido do status e sentimento de importância;
- j. personalismo na figura política do comandante;
- k. estabelecimento de um inimigo ideológico onipresente e poderoso;
- l. equiparação entre discordância do partido e traição á Pátria;
- m. doutrinação ideológica constante, intensa e permanente, desde as escolas;
- n. exacerbação de vínculos de lealdade ao presidente;
- o. implantação de projeto político populista para a FA, cooptando a simpatia da população pobre pelos militares;
- p. abandono da meritocracia na seleção dos oficiais gerais;
- q. abandono da meritocracia na promoção de oficiais;
- r. limitação do poder militar do alto comando pela cadeia de comando confusa, impedindo concorrência de lealdade ou liderança;
- s. Promoção da desprofissionalização (substituição do controle subjetivo pelo objetivo);
- t. alteração da missão constitucional da FA;
- u. uso político do passado histórico (Bolívar e Caracazo);
- v. importação de métodos e processos consagrados de Cuba;
- w. criação de seguidas iniciativas políticas (Plán Bolívar, misiones) salvacionistas com emprego das FA;
- x. promoção da quebra da hierarquia interna com a promoção dos Suboficiais e estabelecimento de sentimento de dívida destes para com o governo;

y. concessão da administração das maiores e mais poderosas empresas estatais do país; e

z. criação de órgão próprio (DGCIM) para controle ideológico.

Maduro, ao assumir o poder procurou manter as Forças Armadas sob seu poder. Não dispondo de fortes vínculos com os militares, optou por investir no personalismo de Chávez, jurando lealdade absoluta ao *Comandante* e comprando o apoio das Forças Armadas. Operacionalizou sua estratégia para se manter no poder abraçando o militarismo e atuando sempre em estreita ligação com o Alto Comando, por meio das seguintes medidas:

a. condescendência com a corrupção na esfera militar;

b. liberalidade no controle orçamentário-financeiro das atividades militares;

c. aumento de efetivo para aumentar a massa a comando do governo;

d. aumento do efetivo de militares de alta patente, gerando sentimento de dívida;

e. aumento da concessão de privilégios;

f. submissão aos interesses da FANB;

g. exacerbação do culto ao personalismo por Chávez;

h. ampla ideologização; e

i. ampla militarização do governo.

5.2.1. O EMPREGO POLÍTICO DOS MEIOS MILITARES

O emprego da Força em algumas ações subsidiárias é comum em todos os países, sobretudo no apoio à defesa civil. A disponibilidade, a capilaridade e a multiplicidade de meios e capacidades da força militar permitem ao governo dar uma resposta imediata e eficiente a ameaças que a sociedade corra, até que as estruturas efetivamente responsáveis pela definitiva solução estejam em condições de assumir a tarefa. O emprego em ações do tipo “cívico-sociais” possui um objetivo militar marginal (compromisso com a sociedade) cujo atingimento não pode superar

o custo do emprego de tropa e meios em atividades não militares. Esse custo normalmente se dilui pelo fato de ações desse tipo serem pontuais, episódicas e de curta duração.

O emprego das Forças Armadas em ações subsidiárias sempre reverte em algum ganho político para o governo, uma vez que demandas sociais são atendidas – ao menos em um primeiro momento. No entanto, o emprego permanente em atividades subsidiárias, sem nenhum ganho crível pela força no campo militar, caracteriza claramente o emprego político. O partido do governo está trocando o esforço da tropa e de seus meios por votos, sem nenhum ganho no campo militar.

Quando essas atividades se tornam permanentes, generalizadas e disseminadas por todas as áreas, como no caso da Venezuela, o custo profissional ultrapassa o benefício. Entretanto, para o governo o emprego de militares em atividades e funções que entraram em colapso é uma forma fácil de mitigar a urgência do problema, desonerando os reais responsáveis. Percebe-se que a solução militar, se mantida por longo prazo, não é benéfica ao Estado, uma vez que leva as Forças Armadas a atuar em área fora de sua especialidade e reduz sua capacidade de operar na área de defesa. Afinal, se os militares estiverem recolhendo lixo, quem estará defendendo a Pátria?

5.3. A reação militar ao poder político

A politização das Forças Armadas, imposta por Hugo Chávez, não encontrou resistência por parte dos altos escalões. Em que pese a intensidade com que o projeto foi levado a cabo pelo *Comandante*, que isolou e excluiu as vozes que lhe foram contrárias, pode-se perceber, em muitos casos, omissão e falta de ação de comando, quando não ação direta e intencional dos próprios oficiais em submeter os militares aos ditames do governo.

Interesses pessoais – de poder, financeiros, de ascensão na carreira – foram colocados acima das necessidades da Força, permitindo e muitas vezes contribuindo com viva vontade, para que ela perdesse seu vínculo com o Estado em direção a um vínculo com o governo e por fim, decaísse a ponto de se tornar uma

Força a serviço de um homem, desvirtuando o emprego da tropa, da defesa da Pátria para o de 'quebra galho' do governo.

A velocidade com que o vínculo da Força se moveu da Nação para a pessoa do Presidente parece indicar que jamais os valores de instituição de Estado foram de fato internalizados pelos militares venezuelanos. Na longa história de apoio ao caudilhismo, seguida pelo pacto do Punto Fijo não houve efetiva profissionalização – nos termos defendidos por Samuel Huntington – e não havendo compromisso de foro íntimo com o Estado, prevalece o compromisso com o governo, na medida em que este possa proporcionar vantagens (orçamento compatível, aquisição de materiais, vencimentos adequados).

Sem a âncora no Estado os militares se deixaram seduzir pelas ações do governo de Chávez, se apegaram a privilégios, acumularam fortunas em negócios pouco transparentes, foram alçados a posições de poder no governo e manobram a máquina do Estado, às vezes em benefício próprio. Os militares – em especial os oficiais – foram se descolando de suas funções e obrigações da caserna, devido a:

- a. submissão à liderança descompromissada dos interesses de Estado;
- b. conivência com a corrupção;
- c. busca da proeminência política;
- d. aceitação do partidarismo nos quartéis;
- e. adesão ao carreirismo;
- f. aceitação passiva (por vezes, incentivo) do uso político da tropa;
- g. substituição de valores morais e éticos por valores financeiros;
- h. desenvolvimento do gosto pelo poder político;
- i. desprofissionalização do militar pelo emprego em atividades não correlatas;
- j. aceitação de intervenção externa em assuntos internos;
- k. atuação à revelia da norma constitucional; e
- l. submissão absoluta a uma pessoa.

5.3.1. O EMPREGO MILITAR DOS MEIOS POLÍTICOS

Com a assunção de Nicolás Maduro, entra em cena um Presidente em situação de vulnerabilidade e a balança se inverte. Sem respaldo popular e com a economia em frangalhos, Maduro não tem forças para se contrapor a uma oposição da FANB: basta que os militares o acusem de estar se desviando da Revolução Bolivariana e infringindo sofrimento ao povo, em desacordo com a vontade *del Comandante*, e haverá razão suficiente para que ele seja apeado da presidência, ainda que sob risco de protesto da milícia (cujo compromisso, de fato, é com o Presidente).

Graças a essa nova configuração na relação governo – FANB, os militares ganharam mais poder e o presidente tendeu a passar de Comandante da Força a seu porta-voz. Até que ponto, as últimas decisões de Maduro, aumentando vencimentos, ampliando a participação de fardados no governo, criando empresas militares, foram tomadas de moto próprio ou sob pressão do Alto Comando é algo a se considerar. Ao final, a politização dos militares teve como efeito a militarização do país, quebrando a harmonia dos campos do poder.

5.4. O risco da politização dos quartéis

Com base na evolução do caso da Venezuela, pode-se inferir que a politização dos quartéis embute riscos não só às Forças Armadas, mas também ao Estado. No presente caso, restaram ressaltados:

a) em relação ao Estado:

- Instabilidade política

O que pode acontecer quando o partido das Forças Armadas não ganha as eleições? O objetivo final de qualquer partido político é conquistar e se manter no governo, a esta meta precípua se agregam outras, positivas (em prol do Estado) ou negativas (em prol do grupo que o partido representa). Os militares, detentores dos meios de violência do Estado, em participando de deliberações partidárias, levarão suas armas ao debate político. Seja defendendo a permanência do partido do

governo ou sua substituição, a participação militar gera confusão no jogo democrático e desestabilização política do país.

- Militarização

A politização das Forças Armadas pode levar à dispersão de pessoal militar nas estruturas do governo, suas agências, empresas e instâncias diplomáticas. Quando os militares passam a assumir funções estranhas a sua atividade nas mais diversas áreas do governo, com intromissões na política, nos negócios públicos e na organização social, estabelece-se um Estado militarizado. A acumulação de todas essas funções pode levar à desatenção, ou mesmo ao abandono daquelas que lhes são inerentes, na defesa da Pátria.

- Alteração da missão das Forças Armadas

Ainda que não haja a partidarização das Forças Armadas, sua sujeição aos interesses do governo (uso político), além de desviá-las de sua missão constitucional causa na população dúvidas sobre sua real missão (defender a Pátria ou limpar as ruas?), sobre sua isenção política (a favor ou contra o atual governo?) e sobre sua constância⁸⁸ (antes apoiavam, agora se opõem?). Os esforços para manter o partido no governo minarão a capacidade das Forças Armadas em cumprir sua missão constitucional de defesa da Pátria, o que pode, efetivamente, trazer riscos à soberania do país.

- Alteração da vinculação das Forças Armadas

Não é possível servir a dois senhores simultaneamente. Ao se sujeitar à partidarização e submissão aos interesses políticos, as Forças Armadas se desvinculam do Estado, abandonando sua razão de ser. Quando os objetivos do Estado e do governo colidirem, Forças Armadas politizadas poderão abandonar o alinhamento com o primeiro em prol dos interesses do segundo, deixando o Estado incompleto, incapaz de prover a defesa de seus integrantes.

⁸⁸ Sobre a esperada constância das Forças Armadas, cabe lembrar o diálogo travado entre o Duque de Caxias e Padre Feijó ao ser preso este último em Sorocaba, durante a pacificação da Revolta Liberal de 1842: “E então General, ontem ao lado do povo e hoje contra ele?” ao que Caxias respondeu: “Não Senhor! Ontem ao lado da lei e hoje do lado da lei!” (COLETÂNEA DA ECEME, 1998; apud. VASCONCELOS, 2016)

b) em relação às Forças Armadas

- Atuação fora dos estritos limites da **legalidade**

O emprego político das Forças Armadas tende a levá-las a atuar fora dos estritos limites da legalidade. Tendo sido desenhadas à luz da constituição para atuar na defesa do Estado, é provável que as ações que interessem à manutenção do *status quo* de um governo populista estejam fora do escopo legal. Possivelmente, o governo conseguirá que algumas atividades se enquadrem em uma 'interpretação ampla' da constituição, o quê, entretanto, não iludirá os mais atentos. Aprofundando-se o uso político da Força, chegará o tempo em que efetivamente a tropa será empregada à revelia de qualquer possível interpretação da norma constitucional, rasgando-se de vez o manto legalidade.

- Perda da **legitimidade** como instituição de Estado

Se as Forças Armadas se articulam como agente político, absolutamente subordinado às determinações partidárias do governo, descem um degrau em seu enquadramento. Uma vez que não se pode servir a dois senhores, os demais atores internos do país não aceitarão que uma instituição comprometida com o governo se apresente como defensora dos objetivos do Estado, por lhe faltar o necessário desinteresse político e a consequente legitimidade.

- Incapacidade para atuar na busca da **estabilidade**

Sem legitimidade não é possível às Forças Armadas atuar como agente estabilizador no momento de crises institucionais internas. Quando os poderes se atritam, Forças Armadas que atuem alinhadas com o partido do governo não tem capacidade de estabilizar a situação. Pelo contrário, sua atuação tende a aumentar a crise, por serem vistas como um braço armado do Poder Executivo, colocado em ação para fazer valer sua vontade.

- Enfraquecimento da **coesão**

A politização dentro dos quartéis internaliza as paixões e a fragmentação inerente aos partidos políticos, dando azo a fraturas tanto na hierarquia quanto na disciplina. O líder político ou o 'representante' do partido do governo ganham um status que pode rivalizar com a cadeia de comando, quebrando a hierarquia. Por

outro lado, a politização gera demandas que não estão alinhadas com os objetivos militares, cujo atendimento, em desacordo com as diretrizes da Força, leva à fragilização da disciplina. Atingidos os dois pilares básicos da Força Armada, danifica-se a estrutura e perde-se a coesão.

- Enfraquecimento do **propósito** militar

O extensivo e continuado emprego da tropa em áreas de atuação alheias à atividade de defesa, em detrimento da preparação para a atividade fim traz uma verdadeira desprofissionalização do militar. Não apenas pela perda de eficiência e *expertise* mas também pelo desestímulo ao propósito militar. A atração de novos talentos se dará não porque eles efetivamente tenham pendor para a carreira das armas, mas sim porque se identificam com 'o momento' no qual a força está inserida. De forma cumulativa, a execução de tarefas subsidiárias atrai cada vez mais pessoas alheias à atividade fim e desestimula os verdadeiros soldados no seio da tropa.

- Descaracterização de **valores e atitudes**

A cada área de atuação do homem correspondem características específicas. A atuação política traz consigo características que lhe são inerentes e, via de regra, inexitem no ambiente militar. O foco no atendimento de interesses individuais, a suscetibilidade à corrupção, a desconsideração com a meritocracia, a busca pela proeminência pessoal são algumas peculiaridades que tendem a ser internalizadas pelos militares quando se dedicam à política. A importação dessas mazelas descaracteriza o *ethos* militar, com perda de valores e atitudes, e amplifica o afastamento dos soldados de sua profissão, contribuindo para a descaracterização e perda de eficiência da Força Armada.

5.5. Considerações finais

A evolução político-militar da Venezuela é rica em ensinamentos. Cada país tem características únicas de território, de índole do povo e de história e, por isso mesmo, generalizações amplas são impossíveis. Ao mesmo tempo em que o estudo do presente caso lança luzes sobre os processos que foram postos em marcha

naquele país e suas consequências, também suscita dúvidas sobre até que ponto o povo, o governo e as Forças Armadas de outros países interagiriam da mesma forma.

Fica claro, no entanto, que as Forças Armadas devem ser instituições apolíticas (com as ressalvas já apresentadas) e que se opor a esse mandamento pode gerar grandes tensões dentro do Estado e das próprias Forças. Também fica claro que o poder político pode, de forma intencional, promover a politização dos quartéis, bem como que os militares podem se mostrar coniventes com essa ação, tudo em prol ‘da salvação da Pátria’.

Esse aspecto afetivo da defesa da Pátria, que é tão caro aos militares, não pode cegá-los em função da busca de uma solução imediata para mazelas estruturais e históricas da nação. O compromisso com a Pátria é de longo prazo, não há lugar para soluções mágicas que, ao arrepio da lei, transferem às Forças Armadas o peso da resolução de todos os problemas do país. Misturar armas e política só pode levar ao caos do Estado e à fragmentação das Forças Armadas.

Para encerrar e a fim de que não restem dúvidas sobre a importância de afastar os riscos da politização dos quartéis acima elencados, lembremo-nos que o General Villas Bôas, antigo Comandante do Exército, sempre pregou que “a atuação da Força Terrestre tem por base os pilares da **estabilidade**, **legalidade** e **legitimidade**” (Exército Brasileiro, 2018)(grifos nossos). E que esse mesmo Chefe, em homenagem que lhe foi prestada no Senado Federal pelo equilíbrio demonstrado durante seu comando, ressaltou no plenário daquela casa:

“— Faço questão de expressar que tudo o que foi feito no meu período de comando foi porque eu tinha a certeza e a confiança de qual seria a atitude de todo o Exército ladeado pela Marinha e pela Força Aérea. Eu tinha absoluta confiança da **coesão** do Exército e dos seus **propósitos**, **valores e atitudes**.”(O Globo, 2019)(grifos nossos)

RONALDO GONÇALVES DOS ANJOS

6. REFERÊNCIAS

AGENCIA BOLIVARIANA DE NOTICIAS (Venezuela). **Chávez: La propuesta de reforma constitucional sigue viva.** 2009. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20090206184203/http://www.abn.info.ve/go_news5.php?articulo=112973&lee=1>. Acesso em: 19 jun. 2019.

AGUIAR, Renan et al (Org.). **Curso De Teoria Geral Do Estado.** São Paulo: Elsevier Editora, 2013. 432 p.

ALONSO, Juan Francisco. **Chávez presenta la reforma constitucional que le permitirá gobernar indefinidamente.** 2007. El País. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2007/08/16/internacional/1187215209_850215.html>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ALVAREZ, Rosangel M. **La Fuerza Armada Nacional de Venezuela: ¿De actor social a actor político?** In: Meeting of the Latin American Studies Association, 2004, Las Vegas.. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA2004/AlvarezRosangel_xCD.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

ASAMBLEA POPULAR REVOLUCIONARIA AMERICANA. **Otro "por ahora": Palabras del Presidente Hugo Chávez tras los resultados del referendo.** 2007. Disponível em: <<https://www.aporrea.org/actualidad/n105763.html>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

BBC. **Crise na Venezuela: Brasil e EUA reconhecem líder da oposição Juan Guaidó como presidente interino do país.** 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46980502>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

_____. **Chávez, de nuevo a las riendas.** 2002. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/spanish/latin_america/newsid_1928000/1928688.stm>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BERMÚDEZ, Ángel. **¿Qué pasó el 23 de enero y por qué esta fecha también divide a gobierno y oposición en Venezuela?** 2019. BBC Mundo. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46967203>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BERWICK, Angus. **Special Report: How Cuba taught Venezuela to quash military dissent.** 2019. Reuters. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-venezuela-cuba-military-specialreport/special-report-how-cuba-taught-venezuela-to-quash-military-dissent-idUSKCN1VC1BX>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BILBAO, Luis. **Trinchera de Ideas: América latina y el mundo entre 2003 y 2012.** Buenos Aires: Fuenap, 2012. 480 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=L4wbAgAAQBAJ&pg=PA3&dq=trincherade+ideas&hl=pt->

BR&sa=X&ved=0ahUKEwjLk5Sj5rfkAhV2HLkGHcjgAM4Q6AEIKzAA#v=onepage&q=trinchera%20de%20ideas&f=false>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BORGES, Julio. **Cuba has hijacked Venezuela**: Venezuelans are not victims of a single dictatorship, but of two. 2019. The New York Times. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/04/10/opinion/venezuela-julio-borges.html>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRICEÑO, Alberto Hurtado; HURTADO, Sadcidi Zerpa de. Misiones Sociales en Venezuela: Concepto y Contextualización. 2016. **Sapienza Organizacional**. 3. p. 37-

Sociales_en_Venezuela_Concepto_y_Contextualizacion>. Acesso em: 15 maio 2019. CANTANHÊDE, Eliane (Ed.). **Cresce influência militar na Venezuela**. 2000. Editado por Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2_807200010.htm>. Acesso em: 28 dez. 2018.

CHIRINOS, Carlos. **Venezuela: Divisiones militares**. 2007. BBC - Mundo. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_6927000/6927513.stm>. Acesso em: 13 ago. 2019.

CONTRÓL CIUDADANO (Venezuela) (Ed.). **Cuadernos de Denuncia. Continúa en el gobierno de Nicolás Maduro, la propaganda, la militancia y el proselitismo político de mandos militares venezolanos**. Disponível em: <<https://www.controlciudadano.org/contexto/cuadernos-de-denuncia-continua-en-el-gobierno-de-nicolas-maduro-la-propaganda-la-militancia-y-el-proselitismo-politico-de-mandos-militares-venezolanos-2013>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. **La Fuerza Armada Nacional “Bolivariana”: estructura de funcionamiento actual - Estudio de Caso**. 2016. Observatorio venezolano de Seguridad y Defensa. Disponível em: <<http://controlciudadano.org/web/wp-content/uploads/1-Estructura-FANB-definitivo-CASO-1V.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CORREIO DA MANHÃ (Portugal). **Maduro decreta dia da lealdade e do amor a Chávez**. 2013. Disponível em: <<http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/internacional/mundo/maduro-decreta-dia-da-lealdade-e-do-amor-a-chavez>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

CROISSANT, Aurel; KUEHN, David; ESCHENAUER, Tanja. Mass Protests and the Military. 2018. Probject MUSE - **Journal of Democracy**. Johns Hopkins University Press. Vol. 29, N. 3. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/698924>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CUBA DEBATE. **En fotos, el desfile cívico-militar en homenaje a Chávez**. 2014. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/fotorreportajes/2014/03/05/en-fotos-el-desfile-civico-militar-en-homenaje-a-chavez/>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

DELGADO, Sigfrido Lanz. **Ningún ejército libertador; lo que tenemos en Venezuela es un ejército gomecista.** 2019. Disponível em: <<https://www.aporrea.org/actualidad/a276897.html>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

ELLSWORTH, Brian; ARMAS, Mayela. **The Maduro Mystery: Why the military still stands by Venezuela's beleaguered president.** 2019. Reuters. Disponível em: <<https://www.reuters.com/investigates/special-report/venezuela-military/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

EL ESPECTADOR. **23 de enero en Venezuela: ¿Quién es Marcos Pérez Jiménez?** 2019. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/el-23-de-enero-y-una-celebracion-que-no-es-clara-articulo-734976>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

EL MUNDO. **Crisis en Venezuela: el opositor Juan Guaidó se autoproclama "presidente encargado" del país.** 2019. Disponível em: <<https://www.elmundo.es/internacional/2019/01/23/5c48aadffdddfed9a8b45ff.html>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

EL NACIONAL (Ed.). **23 de enero de 1958: 60 años de la caída de la dictadura.** Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/politica/enero-1958-anos-caida-dictadura_219984/>. Acesso em: 29 mar. 2019.

EL PAÍS (Espanha). **El jefe de la Armada venezolana ordena el uso del lema "¡Patria, socialismo o muerte!"**. 2007. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2007/05/12/actualidad/1178920801_850215.html>. Acesso em: 11 abr. 2019.

EXAME. **As 20 maiores reservas de petróleo do mundo.** 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/as-20-maiores-reservas-nacionais-de-petroleo-do-mundo/>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

_____. **39% dos venezuelanos apoiam Guaidó como presidente interino, diz pesquisa.** 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/venezuelanos-reconhecem-guaido-como-presidente-interino-revela-pesquisa/>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. (Centro de Comunicação Social do Exército). **"Esclarecimento sobre encontro ocorrido hoje entre as três Forças Armadas, o Ministério da Defesa e a Presidência.** Brasília. 19 maio 2018. Facebook: exercitooficial. Disponível em: https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fweb%2Fnoticias%2Fnoticiario-do-exercito%2F-%2Fasset_publisher%2FMjaG93KcunQI%2Fcontent%2Fid%2F10422613. Acesso em 07 set. 2019.

EZAINÉ, Jesús Medina. **Del plan Bolívar 2000 a la exclusión Madurista.** 2016. Atodomomento.com. Disponível em: <<http://atodomomento.com/nacionales/del-plan-bolivar-2000-a-la-exclusion-madurista/>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

FEITOSA, Nabupolasar Alves. MILITARISMO NA VENEZUELA. **Revista Brasileira de Inteligência - ABIN**, Brasília, v. 10, n. 0, p.83-92, dez. 2015. Anual. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/conteudo/uploads/2018/05/RBI10-Artigo7-MILITARISMO-NA-VENEZUELA.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

FIGUEIREDO, Janaína. **Como a Venezuela chegou a essa situação**. 2018a. O Globo - Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/analise-como-venezuela-chegou-essa-situacao-22995600>>. Acesso em: 13 maio 2019.

_____. **Um retrato do desmoronamento econômico e social da Venezuela**. 2018b. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/um-retrato-do-desmoronamento-economico-social-da-venezuela-22997471>>. Acesso em: 14 maio 2019.

FOLHA DE S.PAULO. **Produção de petróleo na Venezuela só cai neste ano**. 2018. Gráfico. Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/19/petroleo-venezuelano/>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

FORERO, Camilo Gómez. **23 de enero en Venezuela: ¿Quién es Marcos Pérez Jiménez?**. 2019. El Espectador. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/el-23-de-enero-y-una-celebracion-que-no-es-clara-articulo-734976>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

GOTT, Richard. **Hugo Chavez and the Bolivarian Revolution**. 2. ed. Londres: Verso, 2011. 368 p.

HITNER, Verena. **Uma análise do malogro do modelo de desenvolvimento latino-americano dos anos 1990: os limites internos da Venezuela**. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-18122012-103652/publico/2011_VerenaHitner.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2008. 636 p. (A obra-prima de cada autor). Tradução de: Rosina D'Angina.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016. 590 p.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Organização das Nações Unidas (Ed.). **IMF Data Mapper**. 2019. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/datamapper/PCPIP/CH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/VEN>>. Acesso em: 26 maio 2019.

IRWIN, Domingo G. **La Militaridad: una propuesta de militarización para la sociedad venezolana**. 2017. Tiempo y Espacio vol. 27, no. 68. Caracas, dic. 2017. Disponível

em: <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-94962017000200004>. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____ ; CASTILLO, Hernán. **El general en jefe venezolano Raúl Isaías Baduel: testimonio y crítica del tiempo presente criollo**. 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/39943#ftn3>>. Acesso em: 01 maio 2019.

_____ ; LANGUE, Frédérique; BUTTÓ, Luis Alberto. **Control civil y pretorianismo en Venezuela: ilusiones y realidades históricas**. Caracas: Universidad Pedagógica Experimental Libertador; Universidad Católica Andrés Bello, 2006. 228 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

ITRAGO, Rosángel Mariela Álvarez. De la "constitución de papel" a los "factores reales de poder": avance del militarismo en Venezuela (1998-2008). **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, Caracas, v. XV, n. 2, p.35-56, jul-dic 2009. Semestral. Disponível em: <http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_ac/article/view/10371>. Acesso em: 14 maio 2019.

KALITA, Sanghamitra. civil-military relations: Case Study-Venezuela. **International Journal Of Advanced Research**. Vol. 4; N. 6; jun. 2016; p. 212-219. Londres. Disponível em: <https://www.academia.edu/27196413/CIVIL-MILITARY_RELATIONS_CASE_STUDY-VENEZUELA>. Acesso em: 28 fev. 2019.

KARL, Terry Linn. Petroleum and political pacts: the transition to democracy in Venezuela, **Latin American Research Review**, vol. 22, no. 1 (1987), pp. 63–94. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2503543?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acessado em 21 fev. 2019.

LA NACION. **Chávez lanza un plan cívico-militar a diez años del "caracazo"**. 1999. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/chavez-lanza-un-plan-civico-militar-a-diez-anos-del-caracazo-nid129415>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

MAISONNAVE, Fabiano. **Pobreza atinge 87% da população da Venezuela em 2017, diz estudo**. 2018. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/pobreza-atinge-87-da-populacao-da-venezuela-em-2017-diz-estudo.shtml>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

MANSILLA, Armando Borrero. **La politización de las Fuerzas Armadas: ¿conveniente?, ¿hasta qué punto?** 2015. Razón Pública - Colombia. Disponível em: <<https://razonpublica.com/index.php/politica-y-gobierno-temas-27/8450-la-politizaci%C3%B3n-de-las-fuerzas-armadas-%C2%BFconveniente,-%C2%BFhasta-qu%C3%A9-punto.html>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

MARCANO, Cristina. **Venezuela y la peste militar**. 2019. EL PAÍS - Opinión. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2019/02/07/opinion/1549553050_439231.html>. Acesso em: 12 maio 2019.

MARCO, Daniel García; ONTIVEROS, Eva. **Crise na Venezuela: o papel dos militares no momento crítico do país**. 2019. Editado por BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47062729>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

MCCOY, Jennifer. The Referendum in Venezuela: One Act in an Unfinished Drama. **Journal Of Democracy**, Johns Hopkins University Press. v. 16, n. 1, p.109-123, 31 jan. 2005. Quadrimestral. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-referendum-in-venezuela-one-act-in-an-unfinished-drama/>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

MIZRAHI, Darío. **Cómo se construyó el poder militar en 20 años de chavismo: ¿Es posible su ruptura con Maduro?** 2019. Disponível em: <<https://www.infobae.com/america/venezuela/2019/02/23/como-se-construyo-el-poder-militar-en-20-anos-de-chavismo-es-posible-su-ruptura-con-maduro/>>. Acesso em: 10 maio 2019.

_____. Latin America's Imperiled Progress: Chavez and the End of "Partyarchy" in Venezuela. 1999. **Journal of Democracy**. Johns Hopkins University Press. Volume 10, Number 3. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/16973/summary>>. Acesso em: 26 abr. 2019

MORAES, Manoela Azevedo. A teoria do Estado rentista e as revoluções da Primavera Árabe: um olhar sobre a Líbia. **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística**. Vol. 5; N. 5; mar 2016; p. 47-61. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Faculdade de Ciências Sociais. Disponível em: http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/wp-content/uploads/2016/03/142_IC_ARTIGO.pdf. Acesso em 18 fev. 2019.

OLIVARES, Francisco. **Militares venezolanos en el "ojo del huracán"**. 2017. Diario Las Américas. Disponível em: <<https://www.diariolasamericas.com/america-latina/militares-venezolanos-el-ojo-del-huracan-n4128933>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

OLIVEIRA-SILVA, Luiz Fernando de. Cidadania em armas: as Forças Armadas e a Revolução Bolivariana na Venezuela. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo. jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307380005_ARQUIVO_LFOSPPGHUSSArtigoAnpuh2011USP.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

O ESTADO DE S. PAULO. **Maduro diz que armará 1,6 milhão de milicianos, a maioria sem treinamento.** 2018. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ynzf0J-jtCoJ:https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,maduro-diz-que-milicia-civil-da-venezuela-chega-a-1-6-milhao-de-membros,700026502_51+&cd=14&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 04 set. 2019.

O GLOBO. El Tiempo/GDA. **Análise: Por que Maduro não deixa o poder?** 2017. Redigido por Eduardo Soto. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/analise-por-que-maduro-nao-deixa-poder-21284985>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. **As armas de Chávez.** 2007. Disponível na Biblioteca do Senado. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/407287/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 11 set. 2019.

_____. **Saiba quais são as irregularidades apontadas na eleição da Venezuela.** 2018a. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/saiba-quais-sao-as-irregularidades-apontadas-na-eleicao-da-venezuela-1-22701982>>. Acesso em: 07 set. 2019.

_____. **Senado usa frase que causou polêmica para homenagear general Villas Bôas.** 2019. Elaborada por Bruno Góes e Amanda Almeida. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/senado-usa-frase-que-causou-polemica-para-homenagear-general-villas-boas-23872621>>. Acesso em: 07 set. 2019..

_____. **Venezuela teve redução de 13,2% no PIB, diz oposição.** 2018b. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/venezuela-teve-reducao-de-132-no-pib-diz-oposicao-22459250>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

ROUSSEAU, Jean-jacques. **Do contrato social.** São Paulo: Martin Claret Ltda, 2013. 141 p. (A obra-prima de cada autor). Tradução de: Pietro Nassetti.

SILVA, Luiz Fernando de Oliveira. Questão militar na Venezuela chavista: política, representação e tempo presente. In: 3º Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2017, Florianópolis. **História política e tempo presente: Brasil e América Latina.** Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/viewFile/629/395>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

SILVA, Helder Pereira da. O controle civil das Forças Armadas brasileiras após o advento do Ministério da Defesa. **Revista Conhecimento e Diversidade**, Niterói, v. 3, p.108-120, jan. 2010. Semestral.

STRØNEN, Iselin Åsedotter. **“A Civil-Military Alliance”: The Venezuelan Armed Forces before and during the Chávez era.** 2016. CMI Working Paper 2016:4. Disponível em: <<https://www.cmi.no/publications/5808-a-civil-military-alliance>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

TIAN, Nan; SILVA, Diego Lopes da. **The crucial role of the military in the Venezuelan crisis**. 2019. Stockholm International Peace Research Institute. Disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/topical-background/2019/crucial-role-military-venezuelan-crisis>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

UNHCR - THE UN REFUGEE AGENCY (New York). United Nations. **Venezuela situation**. 2019. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/venezuela-emergency.html>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

VASCONCELOS, Umberto Ramos de. As ações internas de Duque de Caxias na pacificação do Brasil à luz da doutrina das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). **O Adjunto**: Revista Pedagógica da Escola de Aperfeiçoamento dos Sargentos das Armas, Cruz Alta, v. 4, n. 1, p.9-26, set. 2016. Anual. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/adj/article/view/1028/1040>>. Acesso em: 07 set. 2019.

VEJA. **Maduro é reeleito na Venezuela em pleito contestado fora e dentro do país**. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/em-eleicao-contestada-dentro-e-fora-do-pais-maduro-e-reeleito-na-venezuela/>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

VENEZUELA. Constituição (1999). **Constitución de La Republica Bolivariana de Venezuela**. Disponível em: <http://www.inea.gob.ve/marco/pdf/1legislacion_nacional/1Constitucion_dela_Republica_BolivarianadeVenezuela/Constitucion_de_la_Republica_Bolivariana_de_Venezuela.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019.

_____. Constituição (1961). **Constitucion de La Republica de Venezuela**. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/constitucion-de-la-republica-de-venezuela-23-enero-1961/html/>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. Decreto 1.439, de 17 de novembro de 2014. **Ley Organica de La Fuerza Armada Nacional Bolivariana**. Gaceta Nacional de La Republica Bolivariana de Venezuela, v. 6156. Extraordinario. Disponível em: <<http://controlciudadano.org/web/wp-content/uploads/LOFANB-2014.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Decreto 8.096, de 09 de março de 2011. **Ley orgánica de La Fuerza Armada Nacional Bolivariana**. Gaceta Nacional de La Republica Bolivariana de Venezuela. Disponível em: <<http://www.camimpeg.com/wp-content/uploads/2016/09/LOFANB.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

VIANA, Israel. **Punto Fijo: el pacto que trajo la democracia a Venezuela en 1958 y que Maduro odia**. 2019. ABC. Disponível em: <https://www.abc.es/historia/abci-punto-fijo-pacto-trajo-democracia-venezuela-1958-y-maduro-odia-201901310221_noticia.html>. Acesso em: 04 maio 2019.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2015. 141 p. (Coleção A Obra-prima de cada autor). Tradução de: Marco Antonio Casanova.

ZAMORANO, Abraham. **Venezuela: Maduro militariza la seguridad ciudadana**. 2013. BBC Mundo, Caracas. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/05/130513_venezuela_seguridad_militarizacion_az>. Acesso em: 07 fev. 2019.

4F DE 1992: Del "Por Ahora" al "Para siempre". Caracas: Telesur, 1992. P&B. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/news/4F-de-1992-Del-Por-Ahora-al-Para-siempre-20150204-0024.html>>. Acesso em: 07 fev. 2019.